

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Concepções sobre diferentes arranjos familiares

Dissertação de Mestrado

Laura Moraes Ribeiro

Porto Alegre, junho de 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Concepções sobre diferentes arranjos familiares

Dissertação de Mestrado apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de  
Mestre em Psicologia sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Wagner

Laura Moraes Ribeiro

Porto Alegre, junho de 2018

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todos que tornaram possível a realização desta dissertação de mestrado.

À minha orientadora, professora Adriana Wagner, pelas experiências e conhecimentos transmitidos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por todos os ensinamentos durante estes dois anos.

À relatora, professora Débora Dell’Aglia, pelo cuidado na realização da relatoria.

À CAPES pelo auxílio financeiro.

Às pessoas que participaram desta pesquisa, pela confiança ao compartilhar suas experiências e opiniões.

À minha família, amigos e colegas, pelo apoio oferecido durante todo este processo.

## Sumário

RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	7
Capítulo II – Artigo I: CONCEPÇÕES SOBRE A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: PERSPECTIVAS DE UM PÚBLICO LEIGO E PROFISSIONAIS TERAPEUTAS DE FAMÍLIA .....	10
Resumo.....	10
Abstract.....	11
Método.....	17
Resultados e Discussão.....	19
Conclusões.....	34
Referências.....	36
CAPÍTULO III – Artigo II: OS DESAFIOS DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA SOB A PERSPECTIVA DE TERAPEUTAS DE FAMÍLIA.....	39
Resumo.....	39
Abstract.....	40
Método.....	44
Resultados e Discussão.....	46
Conclusões.....	53
Referências.....	55
Capítulo IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO.....	57
Referências.....	58
ANEXOS.....	61
Anexo A – Parecer do Comitê de Ética.....	61
Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	63
Anexo C – Questionário sociodemográfico.....	65

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo explorar e descrever as diferentes concepções de família compartilhadas entre sujeitos de diferentes contextos. Para responder aos objetivos, foi desenvolvido em dois estudos. O primeiro estudo teve por objetivo explorar e descrever as diferentes concepções sobre família, compartilhada entre sujeitos leigos e profissionais de terapia familiar, em termos de sua configuração e estrutura, buscando identificar as variáveis prevalentes nas diferentes concepções. Um grupo de terapeutas de família e um grupo leigo compuseram dois grupos focais de discussão da temática. O segundo estudo trata-se de um recorte do primeiro, pois apresenta os desafios que os terapeutas revelaram encontrar no trabalho terapêutico das famílias que buscam tratamento. Assim, o segundo estudo objetivou descrever a percepção de terapeutas de família sobre os principais desafios revelados pelas famílias que atendem em contexto clínico, em termos de configuração e estrutura. Diante disso, ambos os estudos auxiliam na compreensão das diferentes perspectivas que a família tem sido concebida atualmente.

**Palavras-chave:** família; terapia familiar; estrutura familiar; configuração familiar.

## **ABSTRACT**

This work aimed to explore and describe the different conceptions of family shared between subjects from different contexts. To meet the objectives, it was divided in two studies. The first study aimed to explore and describe the different conceptions of family, shared between lay individuals and family therapy professionals, in terms of their structure and family processes and dynamics, seeking to identify the prevalent variables in the different conceptions. A group of family therapists and a lay group composed two focal groups to discuss the theme. On the other hand, the second study was cut out from the first, because it introduce the challenges that therapists have found in the therapeutic work of families who seek treatment. Thus, the second study aimed to describe the perception of family therapists about the main challenges revealed by the families they care for in a clinical context, in terms of family structure and family processes and dynamics. Given this, both studies help in understanding the different perspectives that family has been conceived today.

**Keywords:** family; family therapy; family structure; focus group.

# CAPÍTULO I

## INTRODUÇÃO

As formas de conceber e conceituar a família vêm sendo modificadas ao longo dos últimos anos. Ao fazer uma análise sobre essas mudanças na estrutura do modelo de família no Brasil, por exemplo, verifica-se que algumas décadas atrás a configuração tradicional era compreendida pelo casal formado por um homem e uma mulher, que gerava seus filhos por meio da reprodução biológica (Santos & Gomes, 2016) e legitimava sua união por meio do casamento legal e indissolúvel. A partir da década de 1960 ocorreram várias transformações culturais e científicas que impactaram nesse modelo (Amorim & Stengel, 2014). Dentre estas transformações, o divórcio teve um impacto importante. Sua regulamentação no Brasil ocorreu em 1977, mas as separações e recasamentos já ocorriam antes desta data, sem serem aceitos e reconhecidos legal e socialmente (Cano, Gabarra, Moré, & Crepaldi, 2009). Estas mudanças auxiliaram o aumento da prevalência, bem como o reconhecimento de diferentes arranjos familiares tais como as famílias recasadas, extensas, sem filhos, monoparentais e homoparentais.

O panorama destes novos arranjos no Brasil, aparece nos dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2014. Ocorreram 1.106.440 casamentos, representando um aumento de 37,1% de uniões através do casamento em comparação a 2004 e 5,1% em relação a 2013. Já o divórcio sofreu um aumento gradual desde 1984. Em 2014 foram realizados 34.181 divórcios, que representou um aumento de 161,4% em relação a 2004. Contudo, nesse mesmo ano, percebe-se um aumento da proporção de recasamentos, que atingiram 23,6% do total de uniões formalizadas. Sobre as uniões homoafetivas, também em 2014 ocorreram 4.854 registros, em que 50,3% representaram uniões entre cônjuges do sexo feminino. Esse dado representou um aumento de 31,2% em relação a 2013 (IBGE, 2014).

As uniões homoafetiva revela o surgimento das famílias homoparentais. Este arranjo tem sido denominado família homoafetiva (Rosa, Melo, Boris, & Santos, 2016) ou homoparental (Machin, 2016) e pode se configurar de diversas formas: por filhos de um relacionamento heterossexual anterior, por adoção ou por uso de tecnologias reprodutivas. O primeiro arranjo refere-se ao rompimento da união heterossexual e uma nova união com um parceiro do mesmo sexo. O filho da união anterior é visto como membro desta nova família (Zambrano, 2006), que tem sido descrita na literatura como uma família reconstituída (Wagner, 2002). A segunda maneira de constituição familiar

homoparental é a adoção, que pode ocorrer de modo legal ou informal. Geralmente, a adoção legal ocorre individualmente, pois há o medo da recusa se o pedido for realizado pelo casal. Já a adoção informal não estabelece vínculos legais e não há direito à filiação, havendo apenas o vínculo afetivo. Por fim, a terceira maneira refere-se ao uso de novas tecnologias reprodutivas, como inseminação artificial ou fertilização medicamente assistida. Este método permite o nascimento de filhos biológicos e é mais utilizado pelas mulheres homossexuais (Zambrano, 2006).

Por sua vez, o alto índice de divórcios destaca uma realidade importante sobre as famílias monoparentais, embora este não seja um fenômeno recente. Esta denominação refere-se aos lares chefiados por apenas um genitor, tanto feminino, quanto masculino (Oliveira, 2015). Quando feminino, estas genitoras também são nomeadas como mães solo (Aquino, 2011) e mães solteiras (Costa & Marra, 2013). Tem havido uma prevalência das mulheres como responsáveis pela guarda dos filhos menores de idade. Essa predominância passou de 78,9% em 1984, para 85,1% em 2014. A guarda compartilhada ainda representa uma situação pouco observada no país. No entanto, apoiada na Lei Nº 13.058, esta modalidade de guarda está em crescimento, o que representou 7,5% dos desfechos de divórcio nos últimos anos (IBGE, 2014).

Visto isso, a família monoparental feminina surge por opção ou consequência. No primeiro caso, a mulher decide pela reprodução independente e a figura paterna é excluída por escolha da mãe. Essa realidade está associada à autonomia conquistada pelo deslocamento da mulher para o mercado de trabalho. Essas mães, geralmente, têm poder aquisitivo para o sustento material da família. Já o segundo caso é mais comum e ocorre quando a mãe, após uma gravidez não planejada, assume legalmente a parentalidade. Geralmente, esta realidade revela uma situação econômica de maior precariedade (Oliveira, 2015). Além disso, as famílias monoparentais também surgem após o divórcio do casal, em que um parceiro assume a guarda dos filhos.

O fenômeno do divórcio também permite o surgimento das famílias recadas. Estas famílias se originam a partir do recasamento e têm sido nomeadas pela literatura como famílias recadas (Alves & Arpini, 2017), reconstituídas (Wagner, Ribeiro, Arteché, & Bornholdt, 1999) ou recompostas (Botton, Cúnico, Barcinski & Strey, 2015). Assim, o recasamento pode ser caracterizado por uma união em que ao menos um dos cônjuges já teve um casamento anterior (Costa & Dias, 2012). Em relação à presença dos filhos, há famílias recadas em que um dos cônjuges pode ter filhos de uniões anteriores. Quando ambos têm filhos da união anterior e também desta nova

união, trata-se de uma configuração complexa, uma vez que, representa o entrelaçamento de várias famílias (Sousa & Dias, 2014; Costa & Dias, 2012).

O crescente número de divórcios e recasamentos pode ser explicado pela mudança na forma de vivenciar o casamento por parte das mulheres e homens. Este se tornou uma expressão de autorealização, assim, tornou-se mais provável o término de relacionamentos que não contribuam para o autodesenvolvimento dos cônjuges (Tomás, 2013). Os ideais contemporâneos de conjugalidade privilegiam mais a autonomia e a satisfação de cada cônjuge do que os laços de dependência entre eles (Féres-Carneiro & Ziviani, 2009). Assim, o casamento se tornou tão importante para os indivíduos que os cônjuges se divorciam quando a relação não está em conformidade com suas expectativas (Féres-Carneiro, 1998). Além disso, outras mudanças também explicam esse cenário, como a maior aceitação da co-residência não conjugal, da monoparentalidade e das famílias adotivas. Dessa forma, atualmente é menos provável que os indivíduos sejam excluídos de seus círculos sociais por causa de tabus relacionados à família (Tomás, 2013).

Nesta perspectiva, diversas mudanças jurídicas aparecem na tentativa de abranger e normatizar estes novos arranjos. Os casais unidos em união estável passaram a possuir os mesmos direitos dos casais casados. Os filhos gerados no matrimônio, os filhos gerados fora do matrimônio e os filhos adotivos passaram a possuir os mesmos direitos, sendo proibida qualquer discriminação referente à filiação (Código Civil, 2002). Além disso, o Supremo Tribunal Federal, em 2011, reconheceu a união de pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, conferindo aos casais homossexuais direitos semelhantes aos casais heterossexuais, como pensão, aposentadoria e herança (Scorsolini-Comin, Souza, & Santos, 2013). Em 2013 entrou em vigor a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que obriga os cartórios de todo país a celebrarem casamentos civis ou a converterem em casamento a união estável entre pessoas do mesmo sexo (Resolução 175, 2013).

Em contraste com estes avanços, encontra-se em tramitação o Estatuto da Família, projeto de lei que define como entidade familiar “o núcleo social formado a partir da união de um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda pela comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (PL 6583, 2016). Desse modo, este projeto privilegia modelos tradicionais de família e pode comprometer os direitos de famílias que não se enquadram nestas categorias. Portanto, encontra-se um paradoxo no qual mudanças jurídicas e sociais têm contribuído para

avanços e novas formas de ser família, ainda que o projeto de lei apoie um modelo tradicional de família, privilegiando as variáveis referentes à heterossexualidade e à parentalidade em sua definição.

A partir de tais evidências, observa-se no contexto brasileiro o surgimento e crescimento de novas formas de se viver em família. Somam-se a este fenômeno as diferentes iniciativas legais e midiáticas que valorizam as diferentes configurações familiares, em contraponto a iniciativas que valorizam determinadas configurações em detrimento de outras. Neste cenário, torna-se importante compreender como a família tem sido concebida e percebida por diferentes públicos. Portanto, este projeto teve como objetivo geral explorar e descrever as diferentes concepções de família compartilhadas entre sujeitos de diferentes contextos, a partir da identificação de variáveis prevalentes nas diferentes concepções de família e exploração e comparação das diferentes concepções de família em termos de configuração e estrutura entre sujeitos leigos e profissionais de terapia de família. Assim, este projeto divide-se em dois estudos. O primeiro teve por objetivo explorar e descrever as diferentes concepções de família, compartilhadas entre sujeitos leigos e profissionais de terapia familiar, em termos de sua configuração e estrutura, buscando identificar as variáveis prevalentes nas diferentes concepções. Participaram do estudo dois grupos de participantes: 4 terapeutas de família e 5 sujeitos leigos na área. Para isto, foi realizada uma sessão de grupo focal com cada grupo de participantes. Já o segundo estudo trata-se de um recorte do primeiro a partir, somente, do grupo de terapeutas que discutiu também os desafios da família contemporânea, compreendidos a partir da sua prática clínica. Diante disso, o segundo estudo objetivou descrever a percepção de terapeutas de família sobre os principais desafios revelados pelas famílias que atendem em contexto clínico, em termos de configuração e estrutura.

## **CAPÍTULO II – ARTIGO I**

### **CONCEPÇÕES SOBRE A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: PERSPECTIVAS DE UM PÚBLICO LEIGO E PROFISSIONAIS TERAPEUTAS DE FAMÍLIA**

**Resumo:** Diversos pesquisadores têm se dedicado a estudar as transformações vivenciadas pelas famílias em termos de configuração e estrutura. No entanto, pouco se sabe sobre como estas mudanças estão sendo percebidas. Torna-se necessário compreender como as famílias estão sendo concebidas no cenário brasileiro, tanto pela

população em geral, como por profissionais de trabalho diretamente com esse público. Diante disso, este estudo objetivou explorar e descrever as diferentes concepções de família, compartilhadas entre sujeitos leigos e profissionais de terapia familiar, em termos de sua configuração e estrutura, buscando identificar as variáveis prevalentes nas diferentes concepções. Participaram deste estudo 4 terapeutas de família e 5 participantes leigos. Foi realizada uma sessão do grupo focal com cada grupo de participantes. Os dados foram analisados a partir da técnica análise de conteúdo, em que foram estabelecidas três categorias: definição de família, configuração familiar e estrutura familiar. Ambos os grupos de participantes apresentaram concepções semelhantes a respeito da família, ressaltando a pluralidade de configurações e estruturas familiares na contemporaneidade. Também demonstraram valorização de diferentes arranjos familiares, além de concordarem que a configuração de uma família não influencia seu funcionamento.

**Palavras-chave:** Família; Grupo Focal; Configuração Familiar; Estrutura Familiar.

#### **CONCEPTIONS ABOUT THE CONTEMPORARY FAMILY: PERSPECTIVES OF LAY PUBLIC AND FAMILY THERAPISTS**

**Abstract:** Several researchers have been dedicated to studying the transformations experienced by families in terms of structure and family processes and dynamics. However, little is known about how these changes are being perceived. It is necessary to understand how families are being conceived in the Brazilian scenario, both by the population in general and by professionals working directly with such public. Thus, this study aimed to explore and describe the different conceptions of family, shared between lay individuals and family therapy professionals, in terms of their structure and process, seeking to identify the prevalent variables in the different conceptions. Four family therapists and five lay participants took part in this study. A focus group session was held with each group of participants. The data were analyzed using the content analysis technique, in which three categories were defined: family definition, family structure and family process. Both groups of participants presented similar conceptions regarding the family, emphasizing the plurality of structure and familiar processes in

contemporaneity. Moreover, they showed appreciation of different family arrangements, in addition to agreeing that the structure of a family does not influence its functioning.

**Keywords:** Family; Focus Group; Family Process; Family Structure.

## Introdução

Diversos teóricos têm se interessado em estudar o conceito de família. No entanto, não há um consenso ou um único conceito capaz de definir este sistema, pois atualmente assume-se que a família é um conceito plural. A literatura científica descreve a família a partir de suas características (Osório, 2011). Para a compreensão destas características, este estudo utilizou dos conceitos da Terapia Familiar Estrutural. Salvador Minuchin foi o principal representante desta teoria que teve início na década de 70. A teoria oferece uma estrutura clara para compreensão das transações que ocorrem no sistema familiar, sendo possível assimilar padrões claros, repetitivos e previsíveis do comportamento familiar (Nichols & Shwartz, 2009).

Assim, é possível compreender as famílias a partir de variações em sua configuração e estrutura (Osório, 2011). O conceito de configuração trata do conjunto de elementos que compõem o núcleo familiar (Wagner, Tronco, & Armani, 2011), ou seja, os membros que fazem parte da família. Uma família pode apresentar um arranjo tradicional, caracterizado pelo casal formado por um homem e uma mulher, que gera seus filhos por meio da reprodução biológica (Santos & Gomes, 2016). Entretanto, também pode ser composta por arranjos contemporâneos, como famílias monoparentais (Cunico & Arpini, 2014; Santana, 2014), extensas (Dinisman, Andresen, Montserrat, Strózik, & Strózik, 2017) homoparentais (Lira, Morais, & Boris, 2016; Machin, 2016), casais sem filhos (Rios & Gomes, 2009) e recasadas (Alves & Arpini, 2017; Sousa & Dias, 2014).

A estrutura familiar se refere ao funcionamento desse sistema, conforme Minuchin e Fishman, nos anos noventa descreveram e sistematizaram a escola estrutural do trabalho com famílias. Nessa perspectiva, as interações familiares se organizam por meio de regras, papéis e fronteiras. Os papéis são compreendidos pela forma como cada membro desempenha a função que exerce ou que lhe foi delegada em determinado momento (Wagner, Tronco, & Armani, 2011). Estão relacionados à posição que ocupam nos subsistemas conjugal, filial e fraterno (Féres-Carneiro, 1997). O papel prevê o cumprimento de determinadas funções, que são designadas a cada membro da

família. A função esperada para cada membro tem influência cultural e contextual, ou seja, dependerá da sociedade em que a família está inserida e ou do contexto no qual vive, assim do momento do ciclo vital (Furtado, 2009).

Nesse caso, o desempenho dos papéis no núcleo familiar estará relacionado ao desenvolvimento de funções biológicas, psicológicas e sociais. A função biológica está relacionada à sobrevivência dos membros da família, por meio dos cuidados disponibilizados aos mesmos. Já a função psicológica está relacionada à promoção de saúde emocional, sendo importante o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e, posteriormente, o auxílio para o processo de separação e individuação. Já a função social está relacionada ao aprendizado de normas e regras sociais, para que os membros da família desenvolvam e exercitem a cidadania (Furtado, 2009). Nesse sentido, para a promoção da saúde familiar, é importante que os papéis sejam definidos, diferenciados e flexíveis (Féres-Carneiro, 1997).

As fronteiras são aquelas que definem a diferenciação e proteção dos membros da família. Podem ser classificadas como difusas, rígidas ou nítidas. As regras, por sua vez, podem estipular qual membro da família pertence a cada subsistema e como isto ocorre (Minuchin, 1988). Assim, regulam as interações familiares e podem ser veladas, não sendo amplamente discutidas pela família (Nichols & Shwartz, 2009) e guiam as transações familiares. Para um bom funcionamento familiar, é importante que as regras sejam coerentes, flexíveis e democráticas. Diante disso, a flexibilidade da estrutura familiar, como suas regras e papéis, é importante para a saúde familiar (Féres-Carneiro, 1997), uma vez que, a existência continuada da família como um sistema, depende da possibilidade de adaptar-se de acordo com pressões internas e externas. Assim, para lidar com estas pressões, torna-se necessária a transformação constante da posição dos membros da família, para que possam, ao mesmo tempo, se desenvolverem e manter a continuidade do sistema familiar (Minuchin, 1988).

Nesse sentido, diversos estudos têm sido realizados no cenário brasileiro com a finalidade de compreender a realidade das famílias em termos de configuração e estrutura. Pesquisas têm demonstrado que nos modelos tradicionais de família, a consanguinidade e parentesco são as variáveis que definem quem pertence ao núcleo familiar (Wagner & Levandowski, 2008). Contudo, novos modelos, diferentes da família tradicional, acrescentaram outras variáveis na definição de quem pertence ao núcleo familiar, entre elas, a coabitação (Wagner & Féres-Carneiro, 2000; Wagner,

Tronco, & Armani, 2011), a convivência, a proximidade e a afeição (Pereira & Arpini, 2012).

Nesse sentido, estudos recentes têm demonstrado uma dualidade entre a valorização dos vínculos biológicos e afetivos. É observada duas tendências opostas de valorização de definições de família. Vitule, Machin e Couto (2017) relatam que enquanto há uma tendência de rebiologizar a família, com o avanço das tecnologias reprodutivas, por outro lado ocorre o enfraquecimento da definição biológica, com a valorização de outros vínculos, como o afetivo. Vitule, Couto e Machin (2015) reforçam o papel das tecnologias reprodutivas, apontado que auxiliam os casais homossexuais a concretizar o desejo de compartilhar laços biológicos com os filhos. Este recurso é procurado com maior frequência por casais de mulheres do mesmo sexo, uma vez que, pode-se fazer presente o desejo de vivenciar experiências específicas da maternidade, como amamentação e cuidado com o bebê. Pontes, Féres-Carneiro e Magalhães (2017) apontaram resultados semelhantes ao destacar que a valorização do vínculo biológico se faz presente na família homoparental, pois este vínculo ainda é valorizado como real e verdadeiro. Assim, os trâmites legais e o cuidado com os filhos são utilizados em famílias homoparentais em que apenas um conjuge possui vínculos biológicos com a criança. Estas estratégias auxiliariam a diminuir o peso do vínculo biológico, com o fortalecimento dos vínculos afetivos e legais. Além disso, Soler, Caldwell, Córdoba, Harper e Bauermeister (2018) relatam a valorização dos vínculos afetivos por jovens homossexuais, com destaque na possibilidade de escolher quem faz parte da família, a partir de vínculos afetivos, possibilitando que pessoas sem vínculos biológicos e de parentesco possam ser considerados membros da família.

Já em relação à estrutura familiar, especialmente sobre as mudanças observadas no exercício do papel parental, destaca-se que o pai provedor e disciplinador do modelo tradicional tem dado espaço à figura paterna nutridora, capaz de acolher e satisfazer as necessidades físicas e emocionais dos filhos (Féres-Carneiro, Ziviani, Magalhães, & Ponciano, 2013). Além disso, a mãe era vista como a responsável pelas tarefas domésticas e cuidados com os filhos, porém, tem-se observado maior participação paterna nas tarefas referentes à educação dos mesmos (Wagner, Predebon, Mosmann, & Verza, 2005).

Apesar dessas mudanças, outros estudos indicam valorização da estrutura tradicional, mesmo em famílias que apresentam configurações contemporâneas. Uma investigação realizada em Porto Alegre sobre mitos sociais de mães e madrastas

evidenciou a presença de uma estrutura tradicional e idealizada da figura materna, com o amor exclusivo, incondicional e insubstituível. Junto a isso, mitos relacionados à madrasta podem dificultar o estabelecimento de relações mais saudáveis e produtivas em famílias recasadas e reconstituídas (Falcke & Wagner, 2000). Este fenômeno também foi evidenciado em famílias recasadas por Costa e Dias (2012), em que os pesquisadores investigaram oito sujeitos recasados da cidade de Recife e destacaram que o modelo de família nuclear intacto ainda exerce influência nas famílias recasadas. Em outro estudo, Grzybowski e Wagner (2010b) relataram a prevalência da estrutura tradicional após a separação, em casais divorciados, com maior envolvimento e interação materna do que paterna. Assim, por mais que configurações contemporâneas ainda se baseiem no modelo da família nuclear intacta (Sousa & Dias, 2014), alguns estudos relatam adaptação da estrutura familiar às exigências das configurações contemporâneas, como a adoção de novos papéis parentais nas famílias recasadas, em que há inclusão da mãe e da madrasta na dinâmica familiar (Alves & Arpini, 2017); bem como a adaptação à uma nova dinâmica familiar nesta configuração (Costa & Dias, 2012).

Diante disso, os estudos têm demonstrado mais semelhanças que diferenças estruturais entre as configurações tradicionais e contemporâneas. Em uma revisão de literatura, foi evidenciado que os estudos sobre comportamento parental apontaram semelhanças entre homoparentalidade e heteroparentalidade, sendo que as diferenças encontradas, em geral, favoreciam as famílias homoparentais com relação ao desenvolvimento das crianças (Gato & Fontaine, 2014). Da mesma forma, outro estudo relatou níveis semelhantes de bem-estar psicológico de adolescentes de famílias recasadas e famílias originais (Wagner, Ribeiro, Arteche, & Bornholdt, 1999). Outros estudos também demonstraram semelhanças em relação à educação e interação parental de mães monoparentais e mães biparentais (Costa, Cia, & Barham, 2007; Marin & Piccinini, 2007).

Apesar de diversas semelhanças com relação à estrutura entre configurações tradicionais e contemporâneas, as maiores diferenças têm sido observadas em estudos nacionais com famílias monoparentais. As mães monoparentais demonstraram maior controle coercitivo (Marin & Piccinini, 2007) e seus filhos demonstraram maior frequência de mentiras e omissões, quando comparados com filhos de famílias biparentais (Costa, Cia, & Barham, 2007). Isto posto, mães monoparentais também relataram a sobrecarga vivenciada por elas (Grzybowski & Wagner, 2010a), o que pode

auxiliar na compreensão das diferenças entre famílias mono e biparentais (Costa, Cia, & Barham, 2007). Nesse sentido, estudos demonstram a importância da participação paterna ou de outros membros da família nas famílias monoparentais. Murphy et al. (2017) destacam a existência de co-parentalidade entre mães adolescentes e suas mães, que compartilham o papel parental. Já Leme, Maturano e Fontaine (2014) investigaram habilidades sociais, problemas de comportamento e competência acadêmica de crianças do primeiro ano do ensino fundamental. Foram investigadas crianças de famílias monoparentais, recasadas e nucleares intactas. Os pesquisadores evidenciaram que o relacionamento com o pai biológico e práticas parentais positivas foram preditores importantes de comportamento e competência acadêmica das acadêmicas; por outro lado, a configuração familiar não estava relacionada e preditores de ajustamento infantil.

Já estudos no cenário internacional têm apresentado resultados diversos. Alguns estudos destacam que a configuração familiar tradicional favorece o desenvolvimento dos filhos, quando comparadas a famílias monoparentais ou recasadas (Perales, Johnson, Baxter, & Lawrence, 2017; Santín & Sicilia, 2016). No entanto, estudos explicam as diferenças encontradas. Dinisman, Andresen, Montserrat, Strózik e Strózik (2017) destacam que as famílias originais recebem maior apoio da sociedade, enquanto outros arranjos familiares são ignorados. Já Hampden-Thompson (2013) ao investigar o desempenho educacional de crianças de famílias monoparentais e biparentais, aponta que as diferenças encontradas, que indicam desvantagens de crianças que vivem em famílias monoparentais, podem estar relacionadas à desvantagem econômica que algumas destas famílias podem sofrer. Também destaca a necessidade de políticas que auxiliem estas famílias.

Diante disso, os estudos têm investigado o funcionamento dos diferentes arranjos familiares, bem como seus principais desafios. No entanto, também é importante compreender como as mudanças na família têm sido percebidas no cenário brasileiro. Pesquisadores investigaram como profissionais que trabalham diretamente com as famílias, como agentes comunitários (Yunes, Mendes, & Albuquerque, 2005), juízes, peritos em psicologia, assistentes sociais (Pereira, Torres, Falcão, & Pereira, 2013). Estes estudos demonstraram que ainda há percepções negativas a respeito de arranjos familiares homoparentais (Pereira, Torres, Falcão, & Pereira, 2013) e monoparentais (Yunes, Mendes, & Albuquerque, 2005). É importante compreender como profissionais que trabalham diretamente com as famílias compreendem as

diferentes configurações familiares, uma vez que, o trabalho destes profissionais pode tomar decisões a respeito destas famílias. Nesse sentido, também seria importante compreender como terapeutas de famílias compreendem as famílias na atualidade, uma vez que, trabalham diretamente com as famílias e as auxiliam em seus conflitos e desafios e a compreensão que possuem sobre a família poderá influenciar sua atuação. Além disso, torna-se importante entender como a população em geral concebe a família, uma vez que, estão constantemente diante de diferentes configurações e estruturas, muitas vezes em suas próprias famílias.

A partir da diversidade de estruturas e configurações familiares, torna-se necessário compreender os parâmetros utilizados para conceber a família (Pereira & Arpini, 2012). Diante desse cenário, se questiona quais as diferentes concepções de família na atualidade e quais variáveis estão presentes nestas concepções. Portanto, o presente estudo teve como objetivo explorar e descrever as diferentes concepções de família, compartilhadas entre sujeitos leigos e profissionais de terapia familiar, em termos de sua configuração e estrutura, buscando identificar as variáveis prevalentes nas diferentes concepções.

## **Método**

Este é um estudo descritivo e de corte transversal, baseado na metodologia qualitativa em pesquisa.<sup>1</sup>

### *Participantes*

Compuseram este estudo dois grupos de participantes, o primeiro grupo composto por 4 psicólogas com especialização em Terapia de Família e Casal. Já o segundo grupo foi formado por 5 participantes leigos na área. Os participantes foram escolhidos por critério de conveniência por meio da rede de contato dos pesquisadores. Cumprindo os critérios de inclusão para participação do estudo, todos os participantes possuem ensino superior e idade igual ou superior a 18 anos. Segue abaixo a caracterização dos participantes.

Participantes leigos:

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição de origem dos autores.

L1: 36 anos, sexo feminino, solteira, bissexual, não é praticante de nenhuma religião e possui um filho biológico.

L2: 33 anos, sexo feminino, heterossexual, coabita com o parceiro, não é praticante de nenhuma religião e não possui filhos.

L3: 35 anos, sexo feminino, heterossexual, união estável com o parceiro, é praticante do espiritismo e possui um filho biológico.

L4: 46 anos, sexo masculino, heterossexual, união estável com a parceira, é praticante do espiritismo e não possui filhos.

L5: 45 anos, sexo masculino, heterossexual, casado, não é praticante de nenhuma religião e não possui filhos.

#### Participantes terapeutas:

T1: 60 anos, sexo feminino, heterossexual, casada, não é praticante de nenhuma religião e possui 2 filhos biológicos.

T2: 58 anos, sexo feminino, heterossexual, coabita com o parceiro, praticante do espiritismo e possui 3 filhos biológicos e adotivos.

T3: 32 anos, sexo feminino, heterossexual, solteira, praticante do espiritismo e não possui filhos.

T4: 34 anos, sexo feminino, heterossexual, namorando, não é praticante de nenhuma religião e não possui filhos.

#### *Instrumento*

Como instrumento foi utilizado um questionário sociodemográfico dividido em duas partes (Anexo C). A primeira consistia em perguntas sociodemográficas, como idade, sexo, profissão, entre outros. Já a segunda parte em perguntas de interesse da pesquisa, como a configuração familiar dos próprios participantes, tanto da família de origem, como da família atual.

#### *Procedimento para coleta de dados*

Foi realizada uma sessão do grupo focal com cada grupo de participantes. Esta é uma técnica de pesquisa qualitativa, que pode ser compreendida como uma alternativa para entender a construção de percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos a partir de uma temática específica (Veiga & Gondim, 2001). O número de

participantes se mostrou adequado para a realização de um grupo focal, uma vez que, segundo Gondim (2003) este número pode variar de 4 a 10 indivíduos. Um grupo com número maior que 10 sujeitos cada participante sofrerá redução das oportunidades de participação. Além disso, se o tema for polêmico, o moderador poderá encontrar dificuldades de controlar o processo.

### *Instrumentos*

Cada sessão teve duração de aproximadamente 1h30 e foi gravada em áudio e vídeo. Após preenchimento do TCLE (Anexo B), do questionário sociodemográfico (Anexo C), deu-se início ao grupo focal. O grupo foi conduzido com uma moderadora e uma co-moderadora, que realizaram as perguntas disparadoras:

1. Na sua opinião, o que define família?
2. O que distingue um grupo familiar de outro tipo de grupo?

### *Procedimentos para a análise de dados*

As sessões dos grupos focais foram transcritas na íntegra e posteriormente submetidas à técnica de Análise de Conteúdo (Olabuenaga, 2003), com a utilização do Software Nvivo. Esta técnica caracteriza-se por uma descrição sistemática do conteúdo da comunicação. Baseia-se no pressuposto de que o mundo social é construído de significados e símbolos, o que possibilita o estudo desta construção e de seus significados. Além disso, o pesquisador deve conhecer a realidade a partir da perspectiva dos participantes, compreendendo o significado que conferem a cada situação (Olabuenaga, 2003).

## **Resultados e Discussão**

Os dados foram analisados de modo dedutivo, em que as categorias temáticas foram criadas a partir de construtos da Terapia Familiar Estrutural. A análise dos mesmos resultou em três categorias: Quem faz parte da família, Configuração familiar e Estrutura familiar para o grupo de leigos e para o grupo de terapeutas.

### **Quem faz parte da família?**

Nesta categoria é apresentado como os participantes concebem e definem a família, bem como quais variáveis estão presentes no relacionamento familiar. Para isso, foram criadas duas subcategorias: Variáveis presentes no relacionamento familiar e Diferenças entre relações familiares e amizade.

### **Variáveis presentes no relacionamento familiar**

#### *Grupo de leigos*

Para definir família os participantes discorreram sobre as seguintes variáveis: apoio, amor, segurança, consanguinidade, parentesco, vínculo (tanto positivo, quanto negativo), cumplicidade, união, afinidade, cuidado, aprendizado. Com o decorrer do debate os participantes destacaram que para que um grupo seja classificado como família, alguns destes atributos devem estar presentes, não sendo necessária a presença de todos.

O amor foi a variável mais citada e também a que mais causou controvérsia entre os participantes. Um consenso foi alcançado com o decorrer do debate, no qual concordaram que por mais que o amor seja considerado fundamental nos relacionamentos familiares, nem sempre estará presente, como é relato nesta unidade de significado: *“Acho que na nossa projeção de família, todas as famílias deveriam ter amor. Nem todas as famílias têm”* (L1).

A vinculação foi a variável que mais pareceu definir a família para os participantes. Para os leigos, isto parece decorrer principalmente da possibilidade do vínculo ter caráter positivo ou negativo:

*Para responder a sua pergunta e analisando racionalmente, eu vou falar de vínculo, que perdura o maior tempo possível. Esse vínculo pode ser positivo, pode ser negativo, né? Esse tempo pode ser um tempo de convívio, pode ser um tempo de memória, mas assim eu acho que tem duas coordenadas ali, vínculo e tempo* (L1).

Nesse sentido, o cuidado também foi uma variável mencionada pelos participantes. Para eles, este pode ser realizado de diferentes formas e relaciona-se a necessidades afetivas, financeiras ou biológicas:

*As pessoas estabelecem diferentes formas de cuidado, umas o cuidado é próximo, é afetivo. [...] a forma deles (pais) de estabelecer cuidado com os filhos é querer que o filho se dê bem na vida, tenha dinheiro. Porque a forma de estabelecer relação de cuidado passa pela questão do dinheiro. E o cuidado vai se desdobrar nessa relação de uma forma ou de outra. [...] Nem sempre é ideal, nem sempre é desejada, mas é um cuidado (L1).*

Entretanto, as variáveis consanguinidade e parentesco também foram amplamente relacionadas à definição de família:

*Eu acho que família é o que a gente tem em casa, assim, vem de pai e mãe né, avô, avó, a grande família né. É tio, é tia, são primos, é o avô, e a avó, é o pai, a mãe, os irmãos né (L3).*

Os participantes também destacaram que a definição de família não é exata, pois depende da experiência de cada indivíduo sendo, portanto, subjetiva: “*Acho que a família acontece a partir das nossas experiências, da experiência de cada um. Eu acho que é isso, não tem como dizer*” (L3).

#### *Grupo de terapeutas*

Os terapeutas apontaram as seguintes variáveis relacionadas à definição de família: vínculo positivo ou negativo, consanguinidade, parentesco, amor e afeto. Nesse sentido, a variável vínculo teve destaque para os participantes:

*O vínculo, ele se cria pelo amor e pelo ódio, são os mais fortes. E dizem que a indiferença é o contrário do amor, mas para ser indiferente de alguém, eu preciso nunca ter conhecido esse alguém. Porque não posso ser indiferente com alguém que passou pela minha vida (T1).*

A consanguinidade e o parentesco foram citados como variáveis essenciais para a definição de família, mesmo quando não haja um bom relacionamento familiar: “*...na experiência com os pacientes, a gente vê o quanto tem sofrimento quando os laços de consanguinidade não representam muitas vezes aquela família que as pessoas gostariam de ter*” (T4).

Diante disso, foi relatado que os pais biológicos têm um peso importante para os indivíduos: “No pai, na mãe, qualquer atrito que se forma, o foco está no pai, na mãe, porque minha mãe que é assim, meu pai que é assado” (T2). Assim, os pais biológicos possuem grande influência na vida dos indivíduos, mesmo que o relacionamento parento-filial seja inexistente ou não seja o esperado:

*Ela [referindo-se à paciente] consegue ver que [...] não conta com apoio. E pra ela é mais saudável não estar com essa família. E o trabalho com ela é a questão de dizer, ‘ela é a tua família, mas ela não necessariamente vai determinar a tua vida’, ‘mas ela é a minha raiz’, ‘ok, ela foi a tua raiz até que tu conseguiu criar as tuas’ (T1).*

Os participantes reconhecem a diversidade das possibilidades de ser família ao salientar que não há uma única definição para este sistema: “Família é mais uma vivência que uma definição, no meu conceito” (T1).

Para ambos os grupos parece haver duas perspectivas sobre a definição de uma família. A primeira remete a uma visão tradicional desse sistema, com destaque às variáveis consanguinidade e parentesco (Wagner & Levandowski, 2008). Já a segunda perspectiva está relacionada a uma visão contemporânea do conceito de família, em que são evidenciadas variáveis relacionadas à qualidade do relacionamento familiar, como o afeto, vínculo e amor. Estas se aproximam das variáveis convivência, proximidade e afeição, destacadas por Pereira e Arpini (2012) como variáveis que definem quem participa da família nas famílias contemporâneas. Entretanto, por mais que a variável convivência não tenha sido nomeada por nenhum grupo, esta parece estar presente, quando os participantes destacaram a importância de variáveis relacionadas à interação familiar. Diante disso, percebe-se uma ampliação do conceito de família para os participantes. Por mais que as variáveis tradicionais tenham destaque, não são as únicas utilizadas para explicar a família. Assim, não há um consenso a respeito deste conceito, mas há variáveis norteadoras que auxiliam na explicação do mesmo. Ademais, parece coexistir definições de família tradicionais e contemporâneas. Este resultado é corroborado por Vitule, Couto e Machin (2017), que destacam a tendência de rebiologizar a família, com a valorização dos vínculos biológicos, enquanto, por outro lado, há a tendência de enfraquecer a definição biológica de família, com a valorização do vínculo afetivo. Assim, estas tendências conflitantes demonstram que a coexistência

de modelos tradicionais e contemporâneos é conflituosa (Pontes, Féres-Carneiro & Magalhães, 2017). Por um lado, percebe-se um enfraquecimento do modelo tradicional de família como o único verdadeiro e legítimo. Por outro lado, há a legitimidade incontestável da família nuclear intacta, enquanto outros modelos ainda precisam provar sua legitimidade. Isto é percebido por Pontes, Féres-Carneiro & Magalhães (2017) ao relatarem as tendências de pesquisas sobre famílias, que utilizam comparações de famílias não tradicionais com a família nuclear intacta, como se esta representasse um padrão a ser seguido.

### **Diferença entre família e amizade**

#### *Grupo de leigos*

Para os participantes quase todas as variáveis presentes na definição de família podem ser aplicadas nos relacionamentos de amizade. Por exemplo, as variáveis amor e apoio são reconhecidas como fundamentais tanto em relacionamentos familiares como nas amizades. No entanto, os participantes divergiram se os amigos podem ser considerados família. Para alguns, as semelhanças entre estes dois relacionamentos podem indicar que os amigos fazem parte da família, porém, os participantes que discordaram desta afirmativa salientaram que as variáveis consanguinidade e parentesco, provavelmente são as mais explicativas desta diferenciação: *“Mas eu vejo muita gente que enxerga amigos muito mais como família do que como amigos né. Pra mim não, pra mim amigo é amigo e família é coisa do sangue assim”* (L3).

No entanto, por mais que estes relacionamentos possuam inúmeras características que os diferenciam, são considerados igualmente importantes:

*Eu acho que seriam laços de amizade e laços de família. E nunca um laço de amizade vai ter que ser obrigatoriamente inferior a um laço de família. E existem laços de família que não chegam perto de um laço de amizade* (L3).

De modo geral, os participantes concordaram que uma diferença fundamental entre família e amigos é a maior dificuldade ou até mesmo impossibilidade de rompimento de relacionamentos familiares. Isto posto, o rompimento de um vínculo familiar não garante o rompimento da convivência. As regras deste sistema possuem um papel importante, como a necessidade de participação de eventos familiares: *“Ah, meu*

*primo está ali, não quero olhar na cara dele, mas minha vó vai ficar triste. Você vai lá e fala 'oi, tudo bem?' e vai pro teu canto, não deixa a avó perceber”(L5).*

Outra diferença relatada pelos participantes é a possibilidade de escolhas de quem serão os amigos: *“Eu acho que os amigos são muito mais importantes que os parentes. O sangue vem, você não escolhe. Os amigos você escolhe e aí entra afinidade, entre várias coisas”* (L4). O relacionamento familiar, por outro lado, exigiria maior tolerância e diplomacia, principalmente em situações de conflitos e rompimentos: *“O sofrimento é menor, tu queria estar apertando o pescoço, mas está apertando a mão”* (L5). Esta tolerância pode não existir nos relacionamentos de amizade, em que o rompimento se daria com maior facilidade: *“Acho que tem diferença sim, acho que a questão da consanguinidade nos obriga a certas tolerâncias que nas nossas relações por afinidade a gente não faz assim”* (L1).

#### *Grupo de terapeutas*

Os terapeutas destacaram que há diversas semelhanças entre a família e a amizade, como o vínculo e a afeição. Ademais, apontaram que uma diferença importante entre estes dois sistemas é a possibilidade de escolha de quem serão os amigos, enquanto a família é uma imposição: *“acho que essa é uma diferença importante né, que amizade não é uma imposição”* (T3). Diante disso, o parentesco e consanguinidade parecem ser as variáveis que mais diferenciam a família de outros relacionamentos. Também podem explicar a maior durabilidade e resistência a conflitos percebidas no sistema familiar:

*...de ver que pode falar alguma coisa que agride, que é uma coisa que tu está sentindo para um irmão, pra alguém com um laço consanguíneo né. Daí entra essa dicotomia assim, mas que tu sabe que por mais que ele fique chateado tu não vai perder aquele laço, ele é eterno* (T4).

Ambos os grupos destacaram que há diversas semelhanças entre o relacionamento familiar e a amizade, como a presença de variáveis positivas em ambos os relacionamentos. Entretanto, a consanguinidade e parentesco, que são variáveis tradicionais referentes à definição de família (Wagner & Levandowski, 2011) são utilizadas para diferenciar a família de outros sistemas. Diante disso, destaca-se que a

visão tradicional de família ainda se faz presente na atualidade. Em um primeiro momento os participantes utilizaram de uma perspectiva ampliada do conceito de família, o que resultou em uma discussão para os grupos de leigos se colegas de trabalho e amigos podem ser considerados família. No entanto, quando foram questionados sobre a diferença entre família e outros sistemas, ambos os grupos destacaram as variáveis tradicionais como diferenciadoras destes sistemas. Nesse contexto, pode-se inferir que a consanguinidade e parentesco têm grande influência na compreensão de quem pertence à família, porém, variáveis relacionadas ao relacionamento têm ganhado destaque no conceito de família. Este resultado diferencia-se do resultado encontrado por Soler et al. (2018) que relatam a valorização dos laços afetivos por jovens homossexuais, possibilitando que pessoas sem vínculos biológicos ou de parentesco, como amigos, possam ser considerados família. Nesse sentido, os participantes do presente estudo valorizam os laços afetivos, porém, o vínculo biológico e de parentesco assume um peso importante, com a capacidade de diferenciar os relacionamentos. Assim, atenta-se cada vez mais para a qualidade da relação que se estabelece, sendo este um aspecto essencial na definição de quem compõe a família.

### **Configuração Familiar**

Este tema demonstra a perspectiva dos participantes em relação às diferentes configurações familiares, tanto das famílias de forma geral, como de suas próprias famílias.

#### *Grupo de leigos*

Os participantes destacaram que há uma diversidade de configurações familiares, como famílias homoafetiva, monoparental, casal sem filhos e reconstituída. Foi relatado que a configuração familiar não define o funcionamento da família, como é destacado nesta unidade de significado:

*E se as famílias funcionam, a partir de relações afetivas profundas e de respeito, elas são muito parecidas, independente do arranjo. Você consegue observar que o modo de funcionar que é meio semelhante. E você pode ir em uma família quadradinha, tradicional, em que essa sintonia não está tão afinadinha, sabe?*  
(L1).

Os participantes leigos discutiram que estes diferentes arranjos têm se tornado cada vez mais frequentes, porém, sua legitimidade dificilmente é reconhecida pelas esferas jurídicas e religiosas. No entanto, concordaram que este reconhecimento é fundamental, inclusive para a garantia de direitos:

*Eu acho que tem tudo a ver realmente, porque enquanto a lei não se ajustar parece que ninguém vai poder se sentir a vontade ou seguro para viver, constituir uma família de uma forma diferente. Porque a gente precisa dessa regularização né. Isso precisa acontecer para acompanhar esse movimento que já existe né (L3).*

Os participantes também compararam a perspectiva de sua geração com a de seus pais e avós, em que destacaram a dificuldade de gerações mais antigas de aceitar configurações e estruturas discordantes do modelo tradicional:

*Acho que tem uma coisa da idade né, a gente aceita mais fácil todas essas mudanças, os nossos pais que já são de outra geração, é mais difícil e isso que gera o choque das gerações. Pra eles a coisa é aquilo, aquele quadrado, aí chega e não é um quadrado, é um círculo que está dentro dele, já complicou. E pra nós é a própria criação que essa geração teve, é outra né (L5).*

Esse conflito também é percebido dentro da própria família, quando os membros se recusam a reproduzir os modelos da família de origem: “*Não quero também, não sou tradicional, essa coisa. Não gosto de seguir isso e acho que elas têm que aceitar, tem que começar a aceitar esse novo modo. Eu tento botar isso na família também, é importante*” (L2).

Os animais domésticos também foram um tema amplamente abordado no grupo de participantes leigos. Foi relatado que estes têm ocupado um espaço na composição familiar: “*Porque hoje tem muitas famílias que é um casal e um animal de estimação. E se for só eu e meu cachorro, porque não é uma família? Ou o conceito diz que isso não é uma família?*” (L5).

*Grupo de terapeutas*

Os terapeutas destacaram a existência de diferentes configurações familiares a partir de suas experiências profissionais. Assim, foram citadas: famílias recasadas, homoparentais e monoparentais. Foi discutido que a aceitação de novos arranjos familiares tem crescido, mas ainda há uma valorização do modelo tradicional de família, bem como uma expectativa em segui-lo:

*Porque as famílias vão atrás da família ideal, tradicional, modelo. Pai, mãe, irmãos. Se aceita o recasamento muito mais fácil, a adoção se aceita mais fácil [...] E uma ideia ainda, pelo menos nas famílias que eu atendo é de se manter juntos pelos filhos (T1).*

Ademais, foi relatado que há uma dificuldade de aceitação dos novos arranjos familiares dentro da própria família. Desse modo, há um discurso dentro das famílias referente à aceitação desta diversidade, que muitas vezes não é vivenciado: *“Uma coisa é a literatura, uma coisa é o discurso, o próprio discurso das famílias. E depois elas manter esse discurso na vivência, ela não conseguem” (T1).*

Um exemplo disso é o relacionamento dos filhos com padrastos e madrastas. Os participantes destacam que estas crianças não se sentem autorizadas a se vincularem com estes membros da família, gerando assim, um conflito de lealdade: *“Então, pode até chamar de tia, de tio, enfim, mas o sentimento está ali, só que até que ponto ela pode externar aquilo sendo o mesmo vínculo, o mesmo afeto” (T4).*

Os terapeutas destacaram que a ruptura da configuração familiar tradicional como o padrão de família e a abertura para novas possibilidades de ser família causa confusão:

*Porque antes, tradicionalmente, quando o tradicional era muito fixado, padronizado, assim, acho que as pessoas não tinham nem a possibilidade de pensar se aquilo era certo ou errado. Ou se elas estavam se sentindo bem ou não e hoje isto está mais aberto. Parece que ao mesmo tempo que é muito bom, também o sofrimento aumenta, porque não sei muito o que fazer com isso (T4).*

E esta confusão ocorre porque a família se encaixa cada vez menos em um padrão tradicional e os padrões evocam segurança: *“Não adianta, porque o padrão por mais que seja negativo ou limitante, importante é que ele dá uma segurança. E aí que entra o desafio dos tempos modernos” (T3).* Desse modo, por mais que haja aceitação

de novos arranjos, ainda se almeja a configuração tradicional: *“E uma ideia ainda, pelo menos nas famílias que eu atendo, de se manter juntos pelos filhos [...] Eu me surpreendo porque são casais novos, mas eles estão empenhados em se manter pelos filhos”* (T1).

Ao comparar os dois grupos de participantes, leigos e terapeutas concordaram que o arranjo não determina a estrutura de uma família e enfatizaram a pluralidade de configurações e estruturas existentes na atualidade. Esta perspectiva é corroborada por diferentes estudos no cenário nacional que tem sido feitos nesta última década (Gato & Fontaine, 2014; Sousa & Dias, 2014; Wagner, Predebon, Mosmann, & Verza, 2005).

As diferenças entre a diversidade de configurações familiares parecem uma temática ultrapassada para ambos os grupos. Estes resultados contrariam os estudos que indicam o preconceito que diferentes arranjos familiares sofrem na realidade brasileira (Costa & Marra, 2013; Souza, Silva, & Santos, 2015). Este preconceito também foi encontrado entre profissionais que atuam diretamente com estas famílias (Pereira, Torres, Falcão, & Pereira, 2013; Yunes, Mendes, & Albuquerque, 2005). Assim, pode-se inferir que, como esta é uma temática polêmica, que provoca debates e discordâncias, a amostra do estudo reflete uma parcela da população que possui maior aceitação em relação às mudanças ocorridas na família. Assim, esta pesquisa não reflete a totalidade das percepções de família existentes no país.

Em relação aos terapeutas, isto pode ser relacionado à teoria que trabalham, uma vez que, a terapia familiar sistêmica auxilia na compreensão de características da dinâmica familiar (Nichols & Schwartz, 2009) que influenciam na saúde familiar e desenvolvimento de seus membros. Estes aspectos estão relacionados à estrutura da família, independente da composição da mesma. Assim, as concepções destacadas estão de acordo com os construtos da Teoria Estrutural, o que demonstra que os terapeutas estão alinhados com as descobertas científicas da área, embasando suas concepções a partir da teoria e exemplificando suas opiniões com relatos de casos clínicos. Estes, por sua vez, são semelhantes às experiências relatadas pelo grupo leigo, demonstrando que os terapeutas estão afinados com os principais desafios enfrentados pelas famílias na atualidade.

Já em relação aos leigos, nota-se que têm compreendido como a família se organiza em nosso contexto, mesmo não sendo profissionais da área, o que demonstra uma visão realista que os participantes do estudo possuem a respeito da família brasileira na atualidade. É possível inferir que este resultado está relacionado à geração

que estes participantes pertencem, pois possuem faixa etária de 33 e 46 anos. Assim, destacaram que para os seus familiares de outras gerações, há maior dificuldade de aceitação dos arranjos familiares contemporâneos. A família de origem de todos os participantes leigos era de configuração tradicional intacta, o que ajuda a explicar a dificuldade dos mesmos em aceitar as novas configurações. Alguns participarem formaram família não tradicionais, como famílias homoparental, monoparental e casal sem filhos.

### **Estrutura familiar**

Esta categoria se refere à percepção dos participantes em relação às regras e papéis de uma família. Os participantes leigos discorreram acerca das regras e papéis de suas próprias famílias, enquanto os terapeutas destacaram sua experiência profissional. Por mais que a temática fronteiras esteja relacionada à estrutura familiar, esta será discutida no capítulo seguinte, pois foi apenas discutida pelos participantes terapeutas e está diretamente relacionada aos desafios da família contemporânea.

### **Regras**

#### *Grupo de leigos*

Neste grupo, os participantes discorreram sobre as regras definidas pela família de origem. Relataram que muitas regras causam inconformidade e insatisfação nas gerações mais jovens, pois são reconhecidas como ultrapassadas. Assim, as gerações mais antigas esperam que os membros mais jovens sigam um modelo tradicional de família, tanto em relação à configuração quanto à estrutura. Esse choque de gerações é contemplado na seguinte unidade de significado:

*Ela [mãe] tem aceitar isso, não tenho que fazer aquilo: comprar apartamento, ter filho, casar. Não quero também, não sou tradicional, essa coisa. Não gosto de seguir isso e acho que elas têm que aceitar, tem que começar a aceitar esse novo modo (L2).*

Estas regras podem ser implícitas e podem gerar consequências para os membros da família quando não são cumpridas. O afastamento emocional da família representa uma consequência bastante discutida pelos participantes, pois foi reconhecida como

geradora de muitos conflitos. Isto é exemplificado pela fala de uma participante que percebe a diferença de tratamento que sua filha e seu sobrinho recebem da família de origem, uma vez que, ela formou um arranjo contemporâneo e seu irmão constituiu uma família tradicional:

*E a sensação que eu tenho é de que a A. para aquela família,... ela quase não existiu, porque ela era a minha filha. [...] Porque era uma menina filha de uma mulher da família que não tinha casado no papel e depois de um tempo separou. E agora aquele meu primo, homem, que se casou, aí de repente a filha do J. sim, ela existia. Enquanto a minha filha não existiu para aquele grupo familiar (L1).*

#### *Grupo de terapeutas*

Os participantes terapeutas relataram mudanças nas regras familiares ao longo das gerações. Com o decorrer dos anos, diminui-se a expectativa de constituição de uma família que segue os modelos tradicionais, havendo maior aceitação em configurações e estruturas contemporâneas: “*O que eu acreditava ser uma família e a cultura familiar da minha família, que namorou, noivou, casou e se mantém casado até o final para manter a família, isso se desfaz, se desfaz totalmente*” (T2).

Os terapeutas também relataram que notam sofrimento dos pacientes em relação às regras estabelecidas pela família. Muitas vezes, estão relacionadas ao que é esperado socialmente. O conflito gerado pela discordância ou decisão de burlar tais regras pode gerar sofrimento ao indivíduo:

*...como terapeutas temos que ajudar os nossos pacientes a conseguirem relativizar essas coisas e não se deixarem levar tanto por estes padrões que acabam estando também dentro da família, a mãe cobra uma coisa que está dentro do padrão, o pai cobra uma coisa e a criatura fica ‘ta, mas’ [...] esse é um desafio importante, de ajudar eles a entender né. Bom, isso é um padrão, mas o que dentro de ti tu entende que algo que vai te fazer bem (T3).*

Em comparação aos dois grupos, ambos compreendem a importância das regras no sistema familiar. Os dois grupos discorreram sobre o sofrimento que as regras familiares podem causar quando são irreais e de difícil alcance. Assim, os membros

podem sofrer retaliações, como o afastamento emocional da família. No entanto, enquanto os terapeutas apontaram que as expectativas familiares estão sofrendo uma mudança, os leigos ressaltaram que suas famílias de origem ainda possuem uma visão tradicional de família, que repercute nas regras familiares. Assim, por mais que o modelo tradicional de família esteja se tornando cada vez menos frequente, pode-se inferir que ainda há uma dificuldade das gerações antigas em aceitar as mudanças que têm ocorrido nas famílias. Nesse contexto, há uma discordância do conceito de família entre as gerações mais jovens e os seus pais e avós. Este conflito pode ser vivenciado nas relações familiares, o que revela a importância da flexibilidade das regras, bem como de toda a estrutura familiar. Esta flexibilidade é reconhecida como essencial para o um relacionamento familiar saudável por Féres-Carneiro já na década de 90. Além disso, as mudanças ocorridas na sociedade provocam mudanças na configuração e estrutura de uma família, o que requer, segundo Minuchin (1988), a habilidade de manejar as pressões externas, justamente com as pressões internas. Este manejo é essencial para que os membros mantenham um bom relacionamento, evitando-se os rompimentos.

## **Papéis**

### *Grupo leigo*

Os participantes leigos ressaltaram que os laços de parentesco e consanguinidade exigem o cumprimento de deveres e obrigações, mesmo que não haja proximidade ou afinidade com os membros da família: “*Muitas vezes dentro da família é mais o dever, e aí o dever não tem o mesmo peso que tem um sentimento, de forma alguma*” (L3).

Estas obrigações estão relacionadas à responsabilidade financeira, cuidado em situações que o indivíduo não possa se cuidar sozinho, como na infância, velhice ou adoecimento:

*E de forma alguma eu nego o aspecto da responsabilidade que eu tenho para com a minha família consanguínea. Eu tenho pais, que se algum dia precisarem de algum outro tipo de suporte, de apoio, e assim, como eu dou pra minha filha hoje, eu daria pra eles, na velhice (L1).*

Além disso, os participantes discorreram sobre o dever que os membros

possuem quando há algum conflito dentro do núcleo familiar, exigindo tolerância e diplomacia, como foi discutido na subcategoria “Diferença entre família e amizade”. Contudo, foi destacado que, por mais que não haja afinidade entre os membros da família, não deve ser empregada apenas a tolerância, já que, é de responsabilidade de seus membros realizar tentativas de aproximação, para melhoria do relacionamento familiar:

*E eu acho que a gente tinha que se esforçar um pouquinho mais, porque as relações não estão dadas, tem que construir. Independente de ser seu pai, sua mãe, seu tio, seu primo. Depende de uma entrega, de uma dedicação, de uma qualidade de relação que as vezes a gente não consegue, porque tem muitas barreiras (L1).*

Também foi relatado que os papéis materno e paterno não precisam ser realizados necessariamente pelos pais e podem ser realizados por outros membros da família:

*Assisti uma palestra que, um moço que estava assistindo levantou e fez essa mesma pergunta. Essas configurações novas de família como funciona filho de casal homoafetivo. Uma psicóloga respondeu da mesma forma que muitos dizem que precisam de uma referência masculina ou feminina, que talvez não existe na família homoafetiva, mas ela vai achar isso naturalmente em um tio, um avô, uma avó né. Da forma afetiva vai funcionar da mesma maneira que uma tradicional (L4).*

O debate foi além e apontou-se que os papéis parentais, principalmente em relação às funções de cuidado, podem ser realizados por pessoas que não possuem vínculos de consanguinidade e parentesco: “Era essa a mãe dela, acho que era o cuidado que aquela mãe verdadeira, de sangue, não teve nunca com ela” (L2).

#### *Grupo de terapeutas*

O grupo de terapeutas destacou os papéis que devem ser cumpridos na família, especialmente na função parental. Foram citadas como sendo funções do núcleo

familiar: sobrevivência, desenvolvimento da autonomia, auxílio no crescimento e vinculação, transmissão de valores e aceitação das diferenças.

Os terapeutas relataram que a família tem a função de aprendizado, uma vez que, nela ocorrerão as primeiras experiências e expressão de emoções do indivíduo. Desse modo, a família é o modelo de relacionamento que os indivíduos possuem, podendo decidir se este deve ser seguido ou modificado: *“Acho que nossa família é o modelo. Deva ele ser seguido ou não. Seja o modelo que tu podes modificar ele. [...] Acho que família é uma identificação. Embora muitas vezes as pessoas queiram refazer, desmontar isso, reestruturar”* (T2).

No entanto, foi destacado que muitas famílias têm delegado a função parental à outras pessoas ou instituições, como o próprio terapeuta ou a escola: *“Eu percebi que aquela mãe não estava disponível e ao mesmo tempo ela estava disponível. Se ela entrega o filho ‘ai, agora está bem assessorado, sei que vai ser bem cuidado’. Então é delegar”* (T2).

Além disso, os participantes discutiram a forma em que estes papéis são distribuídos em diferentes configurações familiares. Foi destacado que os papéis materno e paterno não precisam ser necessariamente realizados pelos pais biológicos, uma vez que, podem ser realizados por outros membros da família ou pela comunidade: *“Às vezes um amigo faz mais aquele papel, um tio, um vizinho, às vezes até alguém próximo assim”* (T4).

Nesse sentido, ao comparar os dois grupos, nota-se que ambos compreendem que o cumprimento dos papéis está relacionado a variáveis referentes ao relacionamento familiar. As variáveis afeto, amor, união e apoio estão relacionadas à função psicológica da família. É essencial que esta função seja cumprida, para que os membros da família possam ter suas necessidades de afeto supridas e consigam desenvolver o sentimento de pertencimento (Furtado, 2009). Já a variável aprendizado está relacionada ao cumprimento do papel social, em que a família prepara os seus membros para o convívio social, como descrito pela mesma autora. Já as variáveis segurança e cuidado, citadas apenas pelo grupo de leigos, relacionam-se à importância do apoio material, bem como o cuidado dos filhos na infância e na adolescência e o cuidado dos pais na velhice. Esta função de cuidado está relacionada ao cumprimento da função biológica da família, com destaque ao cumprimento de papéis específicos em diferentes etapas do ciclo vital (Osório, 1996).

Nesse contexto, os participantes parecem concordar que as variáveis consanguinidade e parentesco implicam em uma responsabilidade no cuidado da família, especialmente em relação ao cumprimento de funções específicas. No entanto, também destacaram que pessoas sem vínculos de parentesco e consanguinidade podem ser capazes de cumprir estes papéis. Nessa perspectiva, pode-se inferir que os participantes demonstraram que não é possível estabelecer uma definição única de família, uma vez que, a compreensão de família dependerá da experiência pessoal de cada indivíduo. Este dado é corroborado por Disminian (2017) que destaca a fluidez do conceito de família na atualidade e por Osório (2011) que aponta que não é possível definir a família, apenas compreendê-la a partir de suas características, em relação à configuração e estrutura.

### **Conclusões**

Ao sintetizar as discussões realizadas por ambos os grupos, pode-se destacar que as famílias têm vivenciado diversas mudanças ao longo do tempo, tanto em sua configuração quanto em sua estrutura. Estas mudanças não representam uma crise na família, mas uma crise do modelo tradicional de família (Osório, 2011). Aos poucos, o modelo tradicional está dando espaço a uma diversidade de modelos de família. Entretanto, este não é um processo linear e ausente de conflitos. Parece haver movimentos antagonistas na sociedade brasileira. Há iniciativas que favorecem o reconhecimento da diversidade da família, como estudos científicos que investigam as diferentes configurações familiares; visibilidade na mídia; e leis que auxiliam na conquista de direitos dos novos arranjos. No entanto, algumas destas iniciativas valorizam arranjos familiares em detrimento de outros, como o projeto de Lei que propõe a definição de entidade familiar a partir da família formada por um homem e uma mulher que se unem pelo casamento ou união estável, abrangendo também a família formada por qualquer um dos pais e seus descendentes (PL 6583, 2016). Dessa forma, diferentes arranjos familiares, como a família homoparental e extensa não são contempladas pelo projeto em questão.

Estas iniciativas opostas parecem estar relacionadas ao momento de transição que a sociedade brasileira vivencia. Parece haver uma crise moral e de valores em nossa sociedade, pois há movimentos de resgate dos valores tradicionais e desvalorização de formas diferentes de se viver em família. A crescente fluidez do conceito de família,

com a valorização dos vínculos afetivos e de convivência, podem gerar uma confusão sobre valores que, por séculos, se mostraram rígidos e definidos; auxiliando assim, no crescimento de um movimento de resgate de valores tradicionais. Enquanto novos modelos estão ganhando cada vez mais visibilidade e destaque, o modelo tradicional continua sendo considerado um padrão a ser atingido. Assim, até mesmo famílias não tradicionais podem se espelhar em suas características, o que demonstra a necessidade da ampliação cada vez maior do conceito de família.

Nesse contexto, pode-se discutir a legitimidade das diferentes configurações familiares, porém, a importância da família para o desenvolvimento dos seus membros é dificilmente questionada. Isto se torna evidente durante os grupos focais, em que se discutia a ampliação de possibilidades de ser família. Assim, a facilidade de rompimento de vínculos, como observado pelos terapeutas, remete à facilidade do divórcio (Santos & Gomes, 2016) e da formação de novas famílias. Nota-se que as pessoas continuam formando vínculos e se comprometendo a preservá-los. Isto pode ser compreendido pela percepção do grupo leigo, quando demonstraram que há um movimento de preservação dos vínculos familiares, mesmo que os membros não possuam um bom relacionamento. Nesse sentido, por mais que as famílias possam se modificar e os vínculos conjugais possam se romper, as famílias continuam tendo um peso importante na vida dos indivíduos. Assim, os participantes demonstram a difícil tarefa de estabelecer um conceito de família único. Também foi demonstrado o quanto este sistema é plural e dificilmente pode ser conceituado, como destacado por Osório (1996). Assim, estabelece-se que, a família é compreendida a partir da experiência e, sendo assim possui significados distintos para cada indivíduo que a vivência.

Também é importante destacar que os construtos utilizados neste estudo se encontram atuais, por mais que tenham sido reportados na década de 80 e 90. Estes construtos não relataram as mudanças que têm ocorrido na sociedade brasileira, porém são abrangentes o suficiente para explicar o funcionamento da dinâmica familiar frente às mudanças sociais, culturais e históricas que têm influenciado este sistema.

Por fim, compreende-se que os participantes demonstraram perspectivas realistas sobre a família no nosso contexto, pois suas concepções são corroboradas por diversas pesquisas científicas realizadas no país. Este resultado surpreende, sobretudo, quando apresentado pelo grupo leigo, pois se aproximou bastante da visão dos terapeutas. Em relação ao último, é evidenciado como as famílias atendidas refletem a diversidade da família brasileira na atualidade. Os terapeutas demonstram abertura para compreensão

das mudanças na família, bem como compreensão de cada família em suas particularidades. No entanto, destaca-se que os resultados deste estudo apresentam limitações importantes. Tratou-se de um exploratório que conta com uma amostra específica. Um número maior de grupos focais contribuiria para a heterogeneidade dos participantes e, conseqüentemente, maior representatividade; bem como redução do risco de respostas influenciadas pela desejabilidade social.

## Referências

- Alves, A. P. & Arpini, D. M. (2017). O recasamento: o papel da madrasta e sua relação com os enteados. *Contextos Clínicos*, 10(2), 185-196.
- Brasil. Projeto de Lei n. 6583, de 16 de outubro de 2016 (2016). Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Brasília (2016).
- Costa, J. M., & Dias, C. M. S. B. (2012). Famílias recasadas: mudanças, desafios e potencialidades. *Psicologia: teoria e prática*, 14(3).
- Costa, F. A. O., & Marra, M. M. (2013). Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), 141-153.
- Cunico, S. D., & Arpini, D. M. (2014). Conjugalidade e parentalidade na perspectiva de mulheres chefes de família. *Psicologia em Estudo*, 19(4), 693-703.
- Derlan, C. L., Umaña-Taylor, A. J., Updegraff, K. A., & Jahromi, L. B., (2018). Mother-Grandmother and Mother-Father coparenting across time among mexican-origin adolescent and their families. *Journal of marriage and family*, 80, 349-366.
- Dinisman, T., Andresen, S., Montserrat, C., Strózik, D., & Strózik, T. (2017). Family structure and family relationship from the child well-being perspective: Findings from comparative analysis. *Children and Youth Services Review*, 80, 105-115.
- Falcke, D., & Wagner, A. (2000). Mães e madrastas: mitos sociais e autoconceito. *Estudos de Psicologia*, 5(2), 421-441.
- Féres-Carneiro, T., Ziviani, C., Magalhães, A. S., & Ponciano, E. L. T. (2013). Ser pai(mãe), ser filho(a): a resolução de conflitos em famílias contemporâneas casadas. In: T. Féres-Carneiro (Org). Casal e família: transmissão, conflito e violência. (pp. 73-95). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Féres-Carneiro, T. (1997). Entrevista Familiar Estruturada-EFE: um método de avaliação das relações familiares. *Temas em Psicologia*, 5(3), 63-94.
- Furtado, N. R. (2009). *Entre o prazer de dizer sim e o dever de dizer não*. Porto Alegre: Artmed.
- Gato, J., & Fontaine, A. M. (2014). Homoparentalidade no masculino: uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 312-322.
- Gondim, S. M. G (2003). Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação*, 12(24), 149-161.
- Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2010a). O envolvimento parental após a separação/divórcio. *Psicologia: reflexão e crítica. Porto Alegre. Vol. 23, n. 2 (2010)*, p. 289-298.
- Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2010b). Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26(1), 77-87.
- Hampden-Thompson, G. (2013). Family policy, family structure, and children's educational achievement. *Social Science Research*, 42(3), 804-817.
- Leme, V. B. R., Marturano, E. M., & Fontaine, A. M. G. V. (2014). Habilidades sociais, problemas de comportamento e competência acadêmica de crianças de famílias nucleares e recasadas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(3).
- Lira, A. N. D., Morais, N. A. D., & Boris, G. D. J. B. (2016). (In) Visibilidade da vivência homoparental feminina: entre preconceitos e superações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 20-33.
- Machin, R. (2016). Homoparentalidade e adoção: (re) afirmando seu lugar como família. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 350-359.
- Marin, A. H., & Piccinini, C. A. (2007). Comportamentos e práticas educativas maternas em famílias de mães solteiras e famílias nucleares. *Psicologia em Estudo*, 12(1), 13-22.
- Minuchin, S. (1988). *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artmed.
- Minuchin, S. & Fishman, H. C. (2003). *Técnicas de terapia familiar*. (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Nichols, M. P. & Schwartz, R. C. (2009). *Terapia familiar: conceitos e métodos*. Porto Alegre: Artmed.
- Olabuénaga, J. I. R. (2003). *Metodologia de la investigación cualitativa (3 ed.)*. Bilbao: Universidad de Deusto.

- Osório, L. C. (2011). Novos rumos da família na contemporaneidade. In L. C. Osório & M. E. P. Valle (Orgs). *Manual de Terapia Familiar: Volume II*. (pp. 17-26). Porto Alegre: Artmed.
- Osório, L. C. (1996). *Família hoje*. Porto Alegre: Artmed.
- Perales, F., Johnson, B., Baxter, J., & Lawrence, D. (2017). Family structure and childhood mental disorders: new findings from Australia. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 52, 423-433.
- Pereira, C. R. R., & Arpini, D. M. (2012). Os irmãos nas novas configurações familiares. *Psicologia Argumento*, 30(69), 275-285.
- Pereira, C. R., Torres, A. R. R., Falcão, L., & Pereira, A. S. (2013). O papel de representações sociais sobre a natureza da homossexualidade na oposição ao casamento civil e à adoção por famílias homoafetivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(1), 79-89.
- Pontes, M. F., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A., S., (2017). Homoparentalidade feminina: laço biológico e laço afetivo na dinâmica familiar. *Psicologia USP*, 28(2), 276-286.
- Rios, M. G., & Gomes, I. C. (2009). Estigmatização e conjugalidade em casais sem filhos por opção. *Psicologia em Estudo*, 14(2), 311-319.
- Santana, E. L. F. F. (2014). Família monoparental feminina: fenômeno da contemporaneidade? *Polêmica*, 13(2), 1225-1236.
- Santos, C. V. M., & Gomes, I. C. (2016). The L Word: discussões em torno da parentalidade lésbica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 101-115.
- Santín, D. & Sicilia, G. (2016). Does Family structure affect children's academic outcomes? Evidence for Spain. *The Social Science Journal*, 53, 555-572.
- Soler, J. H., Caldwell, C. H., Córdova, D., Harper, G., & Bauermeister, J. A. (2018). Who counts as family? Family typologies, family support, and family undermining among young adult gay and bisexual men. *Sex res soc policy*, 15, 123-138.
- Sousa, D. H. A. V., & Dias, C. M. D. S. B. (2014). Recasamento: percepções e vivências dos filhos do primeiro casamento. *Estudos de Psicologia*, 31(2), 191-201.
- Souza, E. J., Silva, J. P., & Santos, C. (2015). Homofobia na escola: as representações de educadores/as. *Temas em Psicologia*, 23(3), 635-647.
- Veiga, L., & Gondim, S. M. G. (2001). A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. *Opinião Pública*, 7(1), 1-15.

- Vitule, C., Couto, M. T., & Machin, R. (2015). Casais do mesmo sexo e parentalidade: um olhar sobre o uso de tecnologias reprodutivas. *Interface: comunicação, saúde e educação*, 19(55), 1169-1180.
- Vitule, C., Machin, R., & Couto, M., T. (2017). Práticas reprodutivas lésbicas: reflexões sobre genética e saúde. *Ciência e saúde coletiva*, 22(12), 4031-4041.
- Wagner, A., & Féres-Carneiro, T. (2000). O recasamento e a representação gráfica da família. *Temas em Psicologia*, 8(1), 11-19.
- Wagner, A. & Levandowski, D. C. (2008). Sentir-se bem em família: um desafio frente à diversidade. *Textos & Contextos*, 7(1), 88-97.
- Wagner, A., Ribeiro, L. S., Arteche, A. X., & Bornholdt, E. A. (1999). Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(1), 147-156.
- Wagner, A., Tronco, C., & Armani, A. B. (2011). Os desafios da família contemporânea: revisando conceitos. In: A. Wagner (Org.). *Desafios Psicossociais da Família Contemporânea: pesquisas e reflexões*. (pp. 19-38). Porto Alegre: Artmed.
- Wagner, A., Predebon, J., Mosmann, C., & Verza, F. (2005). Compartilhar tarefas? papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(2), 181-186.

### **CAPÍTULO III – ARTIGO II**

#### **OS DESAFIOS DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA SOB A PERSPECTIVA DE TERAPEUTAS DE FAMÍLIA**

**Resumo:** A família contemporânea tem se caracterizado pela pluralidade em sua configuração e estrutura, reverberando em desafios para os terapeutas de família que tem se deparado com variadas demandas. Frente a isso, este estudo teve por objetivo descrever a percepção de terapeutas de família sobre os principais desafios das famílias que atendem em contexto clínico considerando os aspectos relativos a configuração e estrutura. Realizou-se um grupo focal com quatro terapeutas de família a fim de investigar as suas percepções sobre aspectos relativos a estrutura e configuração das famílias na atualidade. Os dados foram analisados por meio técnica análise de conteúdo. Os participantes destacaram que as famílias têm enfrentado dificuldades em estabelecer

fronteiras nítidas e uma comunicação adequada. Consideram que este fenômeno está relacionado às modificações enfrentadas pelas famílias em relação à sua configuração e estrutura, o que provocou uma perda de parâmetros no que se refere a formas de relacionar-se entre si.

Palavras-chave: Família; Configuração Familiar; Estrutura Familiar; Terapia de Família.

## **THE CHALLENGES OF THE CONTEMPORARY FAMILY FROM THE PERSPECTIVE OF FAMILY THERAPISTS**

**Abstract:** The contemporary family has been characterized by plurality in its structure and processes, reverberating in challenges for the family therapists, who have been faced with varied demands. As a consequence, the objective of this study was to describe the perception of family therapists about the main challenges faced by families they care for in a clinical context, considering the aspects related to structure and processes. A focus group was conducted with four family therapists in order to investigate their perceptions on aspects regarding the structure and processes and dynamics of families today. The data were analyzed using the content analysis technique. Participants pointed out that families have struggled to establish clear boundaries and adequate communication. They consider that this phenomenon is related to the modifications faced by the families in relation to their structure and process, which has caused a loss of parameters regarding ways of relating to each other.

**Keywords:** Family; Family Process; Family structure; Family Therapy.

### **Introdução**

Nas últimas décadas, o núcleo familiar, no que se refere a sua estrutura e configuração, tem apresentado mudanças importantes que ainda estão sendo assimiladas socialmente. As variáveis que definiam o conceito de família e os níveis de saúde necessários para um bom funcionamento familiar ficaram mais diversificadas e complexas. Tais mudanças sofreram influência do contexto histórico, cultural e social (Botton, Cúnico, Barcinski & Strey, 2015; Damiani & Colossi, 2015). Nesse sentido, o divórcio, a entrada da mulher no mercado de trabalho, o controle de natalidade, o

surgimento de novas tecnologias reprodutivas (Santos & Gomes, 2016), liberdade sexual e mudanças nos papéis de gênero constituíram mudanças importantes (Costa & Dias, 2012), bem como a crescente valorização dos princípios de liberdade, individualidade e igualdade (Zanetti & Gomes, 2011).

A Teoria estrutural, desenvolvida por Salvador Minuchin na década de 70 tem sido marco referencial para aqueles que trabalham com famílias, especialmente, a maioria dos terapeutas familiares que tem como base de sua forma o modelo da Terapia Familiar Estrutural. Esta teoria postula que as famílias possuem uma organização básica, sendo possível estabelecer diretrizes claras para o diagnóstico e tratamento (Nichols & Schwartz, 2009). Nesse contexto, é possível observar mudanças na família, especialmente no que se refere a sua configuração e a estrutura. A configuração diz respeito aos diferentes possibilidades de arranjos e formas de disposição dos membros que compõem a família, enquanto a estrutura relaciona-se a exigências funcionais que organizam a interação familiar. Esta pode ser descrita por meio de regras, papéis e fronteiras (Wagner, Tronco & Armani, 2011). Diante disso, destaca-se que a família tradicional do passado tem cedido espaço para novos arranjos familiares, como famílias extensas, homoparentais, recasadas, reconstituídas, entre outras. E a estrutura tradicional do passado, caracterizada pela clara definição de papéis orientados por gênero e geração tem sido substituída por relações com menor distância entre as gerações, por exemplo (Stengel, 2011).

Sendo assim, as fronteiras, que são caracterizadas por barreiras emocionais que envolvem os indivíduos e os subsistemas, regulando o contato entre eles, estabelecendo os limites e hierarquias e tendo a função de diferenciação e proteção dos membros da família. (Nichols & Schwartz, 2009), têm também se flexibilizado. Minuchin (1988) estabeleceu três tipos de fronteiras a fim de explicar o funcionamento familiar: fronteiras nítidas, rígidas e difusas. Nas fronteiras difusas a distância entre os membros da família é diminuída, como consequência resulta num emaranhamento do sistema familiar. Há maior frequência de comunicação e um aumento da preocupação entre os membros do sistema familiar (Minuchin, 1988). No entanto, esta comunicação se caracteriza como confusa e há falta de autoridade nestas famílias, o que desencoraja o desenvolvimento da autonomia de seus membros (Furtado, 2009).

No funcionamento familiar caracterizado por fronteiras rígidas há maior distanciamento dos membros da família, o que dificulta a comunicação entre os mesmos e pode comprometer a função protetora. Neste tipo de estrutura, há o favorecimento da

independência (Nichols & Schwartz, 2009), porém, seu sentido é distorcido, havendo comprometimento do sentimento de lealdade e pertencimento (Furtado, 2009). Nesse sentido, para um funcionamento adequado, as fronteiras devem ser nítidas, pois permitem que os membros de cada subsistema realizem suas funções sem interferências indevidas, enquanto preservam o contato entre os subsistemas (Minuchin, 1988). Estas fronteiras são capazes de proteger a autonomia de cada membro e preservar a hierarquia entre os subsistemas. Assim, torna-se possível que os filhos interajam com os seus pais, mas há preservação do papel de liderança dos pais e preservação da privacidade do subsistema conjugal (Nichols & Schwartz, 2009).

O estabelecimento de fronteiras nítidas tem sido um dos desafios que as famílias têm enfrentado que se expressa na dificuldade em definir limites, estabelecer hierarquias de forma clara e o exercer liderança (Wagner & Levandowski, 2008). Este desafio está diretamente relacionado à parentalidade. A família autoritária do passado tem sido substituída pela família igualitária (Barreto & Rabelo, 2015). No modelo autoritário, há clara distinção de papéis segundo gênero e geração, as regras são claramente definidas e as fronteiras são pouco ambíguas. A relação entre pais e filhos é marcada pela autoridade e interações pouco afetivas. Já a família igualitária propõe o rompimento deste padrão autoritário, valorizando seus membros por suas particularidades. Este modelo tem se tornado cada vez mais prevalente nas famílias atuais, uma vez que, estão de acordo com princípios de liberdade e igualdade que são valorizados na sociedade contemporânea (Stengel, 2011). As relações na família igualitária são baseadas na igualdade e respeito. No entanto, pode haver grande permissividade, bem como dificuldade de imposição de limites nas relações parentais (Limachi et. al., 2016). Muitas vezes, neste modelo, os pais começam a ser amigos dos filhos e, conseqüentemente, deixam de ser vistos como figuras de autoridade (Stengel 2011).

Exercer a parentalidade no modelo igualitário pode ser uma tarefa difícil, uma vez que, muitos destes pais foram educados pelo modelo autoritário e enfrentam o desafio de educar seus filhos em um modelo igualitário. Assim, há pais que para não serem considerados autoritários se absterem de estabelecer limites para os filhos, para que o desenvolvimento dos mesmos não seja prejudicado (Barreto & Rabelo, 2015). Nesses casos confunde-se autoritarismo com o exercício da autoridade (Zanetti & Gomes, 2009). E a autoridade é essencial na relação parento-filial (Furtado, 2009), uma vez que, os filhos precisam de pais que os guiem e transmitam os valores éticos e morais, tornando-os aptos ao convívio social (Furtado, 2009; Limachi et. al., 2016). Nesta

perspectiva, tanto a permissividade quanto o autoritarismo podem ser prejudiciais (Warton, 2014). É importante que haja um equilíbrio nas relações entre pais e filhos, com a presença de diálogo, afeto e respeito, bem como a existência de regras e responsabilidades (Barreto & Rabelo, 2015). Diante disso, a família atual enfrenta o desafio de estabelecer hierarquias e exercer a autoridade sem confundi-la com o autoritarismo, respeitando a individualidade de seus membros no grupo familiar (Zanetti & Gomes, 2011).

Nesse contexto, a comunicação também é um desafio das famílias e se relaciona com o tipo de fronteira estabelecida. Também é um aspecto essencial na educação parental. Como apontado por Furtado (2009) a frequência e qualidade da comunicação podem depender da fronteira. Assim, já na década de 90 Féres-Carneiro (1997) relata a importância de uma comunicação clara, congruente, com direcionalidade e carga emocional adequada. Além disso, a pesquisadora também destaca aspectos que facilitam a saúde emocional do sistema familiar. A demonstração de afeto entre os membros da família é essencial, especialmente a afeição física, pois possibilita a expressão do amor que sentem pelos familiares. A expressão de afetos negativos, como a agressividade, também é necessária, pois possibilita que sua manifestação ocorra de modo construtivo.

Diante destes fatores, evidencia-se que as diversas mudanças ocorridas na família ampliam a diversidade da forma de seu funcionamento, o que tem reverberado na perda de padrões e confusão no exercício das funções dos membros que constituem o grupo familiar. Walsh (2005) sinaliza que a perda de padrões, somada ao mito da família ideal faz com que aumente a sensação de deficiência e fracasso das famílias, ocorrendo a busca de referências no modelo tradicional.

Dessa forma, as famílias buscam adequar-se aos padrões de normalidade e do que pode ser considerado uma família saudável. Por mais que a família tenha sofrido diversas modificações em relação à sua configuração e estrutura, ainda existe uma expectativa de adequação a modelos tradicionais/ideais. Nesse sentido, torna-se tarefa do terapeuta explorar a identidade de cada família e a concepção de normatividade que possuem (Walsh, 2005).

Nesse contexto, estes desafios enfrentados pela família na atualidade são também desafios dos terapeutas de família, uma vez que, na terapia familiar, a família torna-se a unidade de tratamento, sendo essencial a compreensão de suas interações e do contexto no qual está inserida (Grandesso, 2009). Assim sendo, a terapia trata-se de uma co-construção entre família e terapeuta (Elkaim, 2000), em que se busca uma

articulação conjunta, pois o conhecimento do terapeuta não é hierarquicamente superior ao conhecimento construído pela família. Para que esta articulação ocorra, torna-se essencial que o terapeuta possa também repensar suas convicções. O mesmo pode contribuir ao demonstrar diferentes formas de falar, comportar e entender o mundo das relações (Rossato, 2017). Desse modo, com as diversas mudanças que têm ocorrido nas famílias, a compreensão da diversidade em termos de sua configuração e estrutura torna-se imprescindível para o trabalho terapêutico. Portanto, este estudo teve por objetivo descrever a percepção de terapeutas de família sobre os principais desafios revelados pelas famílias que atendem em contexto clínico, em termos de configuração e estrutura.

### **Método**

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e de corte transversal.<sup>2</sup>

#### *Participantes*

Participaram do Grupo Focal quatro psicólogas com especialização em terapia de família. No convite realizado foram destacados os objetivos do estudo e os procedimentos de coleta de dados. Após o convite feito para 22 profissionais da área, oito confirmaram a presença para participar do grupo, mas somente quatro compareceram. Os participantes foram escolhidos por critério de conveniência através da rede de contato dos pesquisadores. Segue abaixo a caracterização dos mesmos:

T1: 60 anos, sexo feminino, heterossexual, casada, não é praticante de nenhuma religião e possui 2 filhos biológicos. Possui 34 anos de atuação profissional.

T2: 58 anos, sexo feminino, heterossexual, coabita com o parceiro, praticante do espiritismo e possui 3 filhos biológicos e adotivos. Possui 6 anos de atuação profissional.

T3: 32 anos, sexo feminino, heterossexual, solteira, praticante do espiritismo e não possui filhos. Possui 12 anos de atuação profissional.

T4: 34 anos, sexo feminino, heterossexual, namorando, não é praticante de nenhuma religião e não possui filhos. Possui 7 anos de atuação profissional.

---

<sup>2</sup> Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição de origem dos autores.

### *Instrumentos*

Como instrumento foi utilizado um questionário sociodemográfico (Anexo C) elaborado exclusivamente para este estudo. Este instrumento abordou perguntas relacionadas às características sociodemográficas dos participantes (idade, sexo, estado civil, etc) e características familiares (dados sobre a família de origem e família atual).

### *Procedimento para coleta de dados*

A coleta de dados foi realizada pela técnica de grupo focal, que se caracteriza por uma técnica de pesquisa qualitativa, que pode ser compreendida como uma alternativa para compreender a construção de percepções, atitudes e representações de um grupo acerca de uma temática específica (Veiga & Gondim, 2001). Assim, foi realizada uma sessão do grupo focal, que teve duração de 1h30 e foi gravada em áudio e vídeo. Em relação ao número de participantes Gondim (2003) destaca que um grupo focal permite a participação de 4 a 10 indivíduos, uma vez que, um grupo com mais de 10 sujeitos terá chances reduzidas de participarem todos.

Após preenchimento do TCLE (Anexo B), do questionário sociodemográfico (Anexo C), foi realizado o grupo focal. Este foi conduzido por uma moderadora e uma co-moderadora, que solicitaram que os participantes comentassem suas concepções a respeito das diferentes configurações e estruturas familiares considerando sua experiência profissional.

### *Procedimentos para a análise de dados*

Os dados foram transcritos na íntegra e transpostos para o software Nvivo. Para a análise dos mesmos, foi utilizada a técnica Análise de Conteúdo (Olabuenaga, 2003). Esta é uma técnica caracterizada pela descrição do conteúdo da comunicação de modo sistematizado. Fundamenta-se no pressuposto de que o mundo social é construído de significados e símbolos, permitindo o estudo desta construção e de seus significados. Para isso, o pesquisador deve abordar a perspectiva de *insider*, a fim de compreender o significado que o próprio participantes atribui a cada situação (Olabuenaga, 2003).

## **Resultados e Discussão**

A Análise de Conteúdo das informações coletadas no grupo focal foi realizada de modo dedutivo, tendo suas categorias criadas a partir de construtos da Terapia Familiar Estrutural. Desse modo, foram estabelecidas as categorias: 1) Fronteiras, Limites e Hierarquias e 2) Comunicação e Expressão das emoções. Nestas categorias os participantes discorreram sobre os desafios enfrentados pelas famílias baseados na sua prática clínica. A escolha destas categorias justifica-se por abranger construtos importantes da teoria estrutural, que são fundamentais para a compreensão da dinâmica de funcionamento familiar.

### **Fronteiras, Limites e Hierarquias**

Esta categoria compreende a percepção dos participantes em relação às fronteiras e como as famílias com as quais trabalham têm estruturado os limites e hierarquias.

Os participantes destacaram que apesar de diferirem em configuração, as famílias se assemelham na estrutura familiar, principalmente em relação às dificuldades de estabelecimento de limites e hierarquias. Assim, apontam que a família contemporânea tem apresentado fronteiras difusas, conforme ilustra a fala de um dos participantes:

*...E de modo geral parece que não tem um padrão de família, cada uma se comporta de um jeito..., mas o que eu mais percebo nas famílias é uma atrapalhão nesse sentido de estabelecer hierarquias..., as fronteiras, porque isso muitas vezes se inverte,...., o filho tomar conta [referindo-se ao gerenciamento da família] e não querem se responsabilizar (referindo-se aos pais), ou não sabem como fazer. (T4)*

Há diferentes possibilidades de delimitação de fronteiras em uma família. No entanto, como descrito pelos participantes e corroborado por Wagner e Levandowski (2008) as fronteiras difusas têm-se tornado comuns nas famílias contemporâneas, principalmente entre os subsistemas parental e filial. Entretanto, este emaranhamento pode ser prejudicial para os membros da família, pois este fenômeno pode acarretar

diferentes prejuízos, como a dificuldade de diferenciação da família e desenvolvimento da autonomia (Furtado, 2009). Nesse sentido, é importante que as famílias consigam estabelecer fronteiras nítidas entre os seus subsistemas, pois estas permitem o desenvolvimento saudável dos membros da família (Minuchin, 1988).

No entanto, esta dificuldade de constituir fronteiras nítidas pela família, com destaque na dificuldade do subsistema parental em definir hierarquias, pode ser explicada pelo repúdio ao modelo autoritário de décadas atrás, dando lugar a valorização de uma educação igualitária, que está baseada em princípios de igualdade e liberdade (Stengel, 2011).

Já em relação ao estabelecimento de limites, os participantes relataram que este fenômeno está relacionado à tendência da sociedade contemporânea em evitar o sofrimento, uma vez que, o limite pode causar sofrimento:

*O limite é extremamente questionado, visto como negativo, uma coisa que causa dor. E o limite causa dor, causa mal estar, só que acho que é natural, no sentido mais amplo. Então, estamos na sociedade do não sofrer e nós terapeutas temos isso. Como não sofrer muito com as nossas crianças, as nossas famílias, como ajudá-las [referindo-se às famílias atendidas] a não sofrer mais. O que talvez isso vá causar mais sofrimento para nós e para as famílias. (T1)*

Assim, como o sofrimento pode ser reconhecido como prejudicial pelas famílias, é comum que alguns pais não imponham limites, temendo prejudicar o desenvolvimento dos seus filhos (Barreto & Rabelo, 2015). No entanto, o sofrimento causado pela imposição de limites não é prejudicial, uma vez que, os filhos necessitam da liderança dos pais.

Frente a isso, constata-se que a dificuldade de estabelecer limites reportada pelos terapeutas remete a uma confusão no que diz respeito ao exercício educativo que compete a relação de parentalidade. A tendência à permissividade remete a uma confusão entre autoridade e autoritarismo. Muitos pais que tiveram uma educação autoritária em suas famílias de origem buscam educar seus filhos de modo igualitário. Assim, o modelo vivenciado no passado não é mais referência para os progenitores atuais, portanto, enfrentam o desafio de exercer a parentalidade a partir de princípios que não vivenciaram (Barreto & Rabelo, 2015).

Dessa forma, os participantes destacaram que os pais também podem ter dificuldades em compreender quais limites devem estabelecer, devido a uma fluidez do que deve ser permitido ou proibido:

*Estamos em uma sociedade que não sabemos onde criar um limite bom, adequado [...] Vamos pegar o exemplo de drogas lícitas e ilícitas. Não é porque álcool, cigarro são lícitos que fazem bem. Então eu acho que é uma questão, [referindo-se aos pais] dificuldade de lidar com o que é o limite, pra ajudar a estruturar aquele filho pra ter uma boa autoestima pra vida, pra enfrentar os seus problemas aí. (T3)*

Diante disso, observa-se que os valores sociais estão cada vez mais fluidos e, conseqüentemente, os pais enfrentam o desafio de delimitar de modo claro o que é certo e errado. Os participantes também destacaram que a dificuldade de estabelecer hierarquias podem provocar uma confusão de papéis, quando os filhos ocupam algumas funções parentais, como destaca uma participante: “...*muitas vezes quem organiza as finanças é o filho, o pai é o que leva o dinheiro, a mãe é a que leva o dinheiro...*” (T1). Esta fluidez de papéis nas famílias atuais é corroborada por Stengel (2011) ao destacar que no modelo autoritário há uma clara definição de papéis por gênero e geração, porém, no modelo igualitário, há maior fluidez de papéis, o que pode gerar uma dificuldade de delimitação dos mesmos. Além disso, as famílias vivenciam um processo mais democrático de dinâmica familiar, uma vez que, os filhos possuem mais liberdade para expressar seu posicionamento diante das regras parentais, havendo abertura para debate e negociação das mesmas (Barbosa & Wagner, 2014).

Além disso, a ausência de hierarquias na família também pode instaurar um relacionamento em que pais e filhos se veem como amigos. Para os participantes esta situação pode ser problemática: “*Pra mim uma das coisas que ainda me surpreendem muito é [...] ‘meu filho é o meu melhor amigo, precisa ser meu melhor amigo’. Eu penso que isso atrapalha demais, demais*”. (T1)

Nesse sentido, as fronteiras difusas podem provocar um relacionamento mais próximo entre pais e filhos, muitas vezes, sendo caracterizado pela amizade (Stengel, 2011). No entanto, um relacionamento horizontal entre pais e filhos pode ser prejudicial, uma vez que, a posição de liderança dos pais é essencial para a família

(Minuchin, 1988). Desse modo, é possível inferir há uma tendência de fluidez da estrutura familiar, em que os pais podem enfrentar dificuldades em definir regras e papéis no sistema familiar. No entanto, por mais que as famílias estejam se tornando menos autoritárias e mais democráticas, ainda é necessário que ocorra uma clara definição da estrutura familiar, como destacam Portugal e Isabel (2013) a clarificação de papéis auxilia na compreensão do poder dentro do subsistema parento-filial e a definição de regras e limites.

Visto isso, os participantes indicaram que o fortalecimento da estrutura familiar é um desafio importante para a terapia familiar, principalmente em relação ao estabelecimento de limites: *“Como ajudar as famílias, como aceitar e como ajudar as famílias a ter limites”* (T2). Dessa forma, o estabelecimento de limites também pode ser uma dificuldade do terapeuta dentro do setting terapêutico: *“Isso acontece com nós, terapeutas. E na medida que há terapeutas mais novos. Os mais novos já pela própria vivência poderão ter mais dificuldade do limite”* (T1). Nessa perspectiva, o tratamento terapêutico familiar pode auxiliar no estabelecimento de fronteiras mais saudáveis, uma vez que, que o terapeuta pode funcionar como um delimitador de fronteiras para as famílias emaranhadas, assim como também ajudar a flexibilizar as fronteiras demasiadamente rígidas (Minuchin, 1980).

### **Comunicação e expressão das emoções na família**

Nesta categoria é destacada a percepção dos participantes sobre a comunicação e expressão da emoção na família. Foi relatado que as famílias têm vivenciado dificuldades na comunicação, tais como: agressividade, duplo vínculo e ausência do diálogo. A agressividade na comunicação está no conteúdo das conversas, nos gestos e na entonação: *“até onde eu tenho que ir, no uso da palavra, no uso do gesto, da entonação pro outro sentir alguma coisa. [referindo-se à interação familiar] Está tão naturalizado o grito, a ameaça, o se mandar embora”*. (T1)

Os participantes reportaram que esta agressividade demonstra uma mudança na comunicação das famílias ao longo dos anos. Assim, como é destacado por esta vinheta, houve um aumento da tolerância dos pais frente às ofensas entre os subsistemas parental e filial: *“...e em várias famílias a resposta é ‘ah, mas que eu sou italiana’, mas eu duvido que 50 anos atrás, em uma família italiana [...] uma mãe italiana não faria isso. Hoje ela ri”*. (T1)

Também relataram que esta agressividade está relacionada à permissividade das relações parento-filiais peculiares na contemporaneidade. Desse modo, é possível inferir que esta agressividade pode estar relacionada ao estabelecimento de fronteiras difusas e, conseqüentemente, a dificuldade de estabelecer hierarquias. A teoria estrutural embasa a importância da hierarquia nítida na família, já que a ausência deste aspecto faz com que os filhos não vejam os pais como figuras de autoridade (Minuchin, 1988). Diante disso, os filhos tendem a considerarem-se no mesmo nível hierárquico que os pais e assumir que podem relacionar-se com eles como iguais.

A comunicação de duplo vínculo tem sido comumente encontrada na interação entre os membros da família, segundo a percepção dos terapeutas:

*Então, “ah não, tem que visitar a madrasta, quando tu vai estar lá, ela vai ser a tua segunda mãe, tu tem que obedecer”. Mas quando o filho volta para casa é um inquérito, uma cobrança... daí o filho e a filha ficam confusos. Se a mãe disse que é pra curtir lá e depois ela fala mal [...] isso fica muito confuso para as crianças. (T1).*

O duplo vínculo pode ser prejudicial na interação familiar, como aponta Nichols e Schwartz (2009), os estudos sobre este fenômeno têm revelado prejuízos para os membros da família. De acordo com o relato dos participantes, pode-se inferir que o duplo vínculo pode estar presente nas interações das famílias. Nesse sentido, a família parece estar passando por um momento de transição e construção de outros referenciais que não mais aqueles da família nuclear intacta. Assim, as famílias estão aprendendo a interagir nestes novos modelos e configurações e, por isso, as duplas mensagens podem ser expressão desta transição e busca de referenciais.

A ausência do diálogo nas famílias também é uma preocupação dos terapeutas, pois tende a dificultar a resolução de conflitos e provocar o rompimento das relações familiares:

*E lidar bem não significa que volta e meia não vão ter conflitos né. Mas é se respeitar, é conseguir conversar, é ter diálogo, porque às vezes tu chega lá e tem pessoas e casais, enfim, e famílias que não se falam, não conversam (T3).*

Nesta perspectiva, não somente a forma como os membros da família se comunicam determinam certos padrões de interação, mas também a comunicação de conteúdos inadequados pode ser prejudicial: “...os extremos, aquelas famílias que não falam, aquelas famílias que falam absolutamente tudo, [referindo-se a relação parental e filial] *porque são muito amigas...*” (T4). Estes extremos na comunicação podem relacionar-se ao estabelecimento de fronteiras rígidas ou difusas. Segundo Furtado (2009) as famílias emaranhadas podem sofrer com o aumento de uma comunicação inadequada. No entanto, conforme destacam Nichols e Schwartz (2009) é importante que assuntos específicos do subsistema conjugal não atravessem para outros subsistemas, protegendo os filhos e a privacidade do casal. Além disso, clarificação da comunicação é importante em um relacionamento familiar saudável, sendo necessário uma comunicação aberta, principalmente acerca dos assuntos que provocam conflitos (Portugal & Isabel, 2013).

Em relação às emoções os participantes relataram observar que há dificuldades em expressar as emoções dentro do seio da família, bem como uma dificuldade dos membros comunicarem seus sentimentos: “...acho que essa é uma função muito importante da família, ajudar as pessoas a desenvolverem habilidades afetivas. [referindo-se à dificuldade de expressar emoções] ” (T3)

A ausência de expressão do afeto na família pode influenciar a ocorrência de conflitos entre os seus membros:

[referindo-se à falta de expressão de afetos na família] *A gente entra em conflito, muitas vezes com a família, porque o que a gente está buscando no fundo é se vincular, é se sentir amado, é ver que o outro gosta da gente né e aí que vem os conflitos né.* (T3)

Também foi destacado que há emoções proibidas dentro da família, como a da expressão da agressividade:

*Família é essa possibilidade de aprender ao longo do tempo a expressar emoções, mas nós temos familiarmente emoções proibidas e esse que é o desafio. Se a cultura já proíbe ou direciona algumas, quais emoções na minha família foi proibido sentir? [...] Qual eu aprendi a substituir? Porque também*

*vamos substituir raiva por tristeza, uma mãe brasileira não fica brava, ela fica triste “Ha..., filhinho, não faz assim, porque a mamãezinha fica triste”. (T1)*

A importância da expressão do afeto foi destacada por Féres-Carneiro (1997) ainda no final dos anos noventa, não somente aquelas que expressadas por meio de contatos físicos carinhosos, assim como a expressão da agressividade. Esta é essencial para a saúde emocional de seus membros, especialmente quando manifestada de modo construtivo.

Isto também pode estar relacionado à dificuldade de estabelecer limites e hierarquias. Assim, em famílias emaranhadas os pais podem sentir-se proibidos de expressar esta agressividade no exercício da parentalidade, uma vez que, como descrito por Barreto e Rabelo (2015) os pais podem temer prejudicar os filhos ao educá-los e estabelecer limites. Por outro lado, famílias que apresentam fronteiras rígidas, podem sentir dificuldades em comunicar sentimentos e expressar a afeição, pois estas famílias podem sofrer com o distanciamento de seus membros (Minuchin, 1988).

Além disso, esta proibição das emoções pode estar relacionada à configurações familiares não tradicionais, em que o indivíduo pode não saber o que é permitido neste novo relacionamento, causando confusão:

*Parece que está tendo bastante conflito de lealdade (referindo-se às famílias na contemporaneidade) [...] quando tem um recasamento, quando tem uma nova configuração, elas [referindo-se às crianças] muitas vezes não se sentem autorizadas a também gostarem daquela madrasta, do padrasto, enfim, da mesma forma como uma mãe biológica, um pai biológico... Então, pode até chamar de tia, de tio, enfim, mas o sentimento está ali, só que até que ponto ela pode externar aquilo sendo o mesmo vínculo, o mesmo afeto. (T4)*

Desse modo, os terapeutas destacam que podem auxiliar as famílias a facilitar a comunicação das emoções:

*Daí eu disse pra ele: “é importante tu dizer pra ela que tu ama ela, é óbvio que a gente vê pelas suas atitudes que tu ama, mas é que pra uma menina, principalmente adolescente, ela precisa escutar isso né”. De ver como circula o afeto, se é dito, se não é. (T3)*

Como destacado pelos participantes, a Terapia de Família pode auxiliar no enfrentamento dos diversos desafios enfrentados pelas famílias. No que concerne às mudanças ocorridas na família contemporânea, os terapeutas podem trabalhar com a família no sentido de ressignificar o conceito de família (Rossato, 2017), bem como o que pode ser considerada uma família normativa (Walsh, 2005). Esta é uma tarefa fundamental para os terapeutas de família, pois como destaca Walsh (2005) a busca por adequar-se aos padrões socialmente esperados pode provocar sofrimento. Esta reflexão é fundamental para as novas configurações familiares, pois permite uma revisão dos padrões destas famílias e, quando necessário, o estabelecimento de novos. Isto permite a renegociação de aspectos da estrutura familiar, como os papéis familiares, a divisão de tarefas, organização das finanças e da convivência familiar (Fleck & Wagner, 2003).

Diante disso, as famílias podem compreender que para ter saúde familiar não é necessário seguir um modelo ideal de família, como o modelo da família nuclear intacta. Como destaca Walsh (2005) famílias que apresentam diferentes características possuem potencial para um desenvolvimento familiar saudável. Além disso, também se faz necessário que famílias e terapeutas compreendam que não há uma forma correta de funcionamento familiar. Dessa forma, não há um modelo saudável de família que, quando não alcançado, reflète em um sistema adoecido, pois como destacam Wagner, Tronco e Armani (2011) a dicotomia entre doente e saudável deve ser superada e deve-se compreender que as famílias oscilam entre níveis melhores e piores de saúde.

### **Conclusões**

A partir do grupo focal com os terapeutas de família com experiência de 6 a 34 anos, foram destacados dois principais desafios que eles encontraram na sua atividade terapêutica em termos de sua configuração e estrutura. O primeiro trata do estabelecimento de fronteiras nítidas entre os membros da família expressada na falta de limites e hierarquia definida. O segundo se trata do estabelecimento de uma comunicação adequada e da liberdade de expressão de emoções que se vincula a aspectos relativos a uma estrutura mais igualitária das relações. No entanto, é importante destacar que estes desafios podem não ser exclusivos da família contemporânea. As consequências da constituição de fronteiras rígidas e difusas são estudadas há décadas pela terapia familiar estrutural. Mesmo que Minuchin não tenha reportado dados sobre o fenômeno, este já definia os seus conceitos em 1988. Já as

consequências de uma comunicação inadequada, principalmente relacionada ao duplo-vínculo, têm sido reportadas pelo grupo de Baeteson desde 1956, quando investigavam a interação familiar de pacientes diagnosticados com esquizofrenia (Féres-Carneiro, Mello, Machado, & Magalhães, 2017; Nichols & Schwartz, 2009). Diante disso, percebe-se que a dificuldade de estabelecer um equilíbrio nas interações familiares tem sido um desafio das famílias por várias gerações. Se no passado a prevalência do modelo autoritário influenciava o distanciamento das famílias; a prevalência do modelo igualitário no presente influencia maior proximidade e dificuldade no estabelecimento de hierarquias.

Contudo, o que demonstra ser um novo desafio para as famílias é a dificuldade de adequar-se aos padrões existentes. A família tradicional já não é o arranjo familiar mais frequente no cenário mundial, há evidências também no contexto brasileiro do aumento de arranjos homoparentais, monoparentais e reconstituídos (IBGE, 2014). No entanto, as famílias ainda são comparadas ao modelo da família nuclear intacta. Pode-se dizer que este modelo ainda é reconhecido como um padrão de família a ser atingido, tanto em relação à configuração quanto a estrutura. Nesse sentido, os terapeutas revelam estranhamento frente as manifestações que as famílias contemporâneas têm no setting terapêutico, pois buscam referências no funcionamento do modelo tradicional. Este cenário revela a ausência de parâmetros que ajudem a compreender de forma mais profunda e complexa as demandas das novas estruturas e configurações sem buscar aquilo que funcionava em décadas passadas. Nesse sentido, o grande desafio no exercício terapêutico e também na formação dos terapeutas de família é a discussão e construção de um paradigma explicativo que dê conta da estrutura das diferentes configurações familiares e suas especificidades. Assim, torna-se necessário que esta construção ocorra de forma progressiva, a partir do crescimento da prevalência de diferentes configurações e estruturas familiares, bem como à crescente visibilidade das mesmas na sociedade brasileira.

Por fim, é importante destacar que apesar do pequeno número de participantes, os terapeutas se mostraram dispostos e interessados em participar do estudo. Isto deve-se a dificuldade de estabelecer um horário que a maioria destes profissionais pudessem participar, pois, geralmente não trabalham apenas em horário comercial. Além disso, é importante ressaltar o grande interesse em discutir o tema no grupo de terapeutas participantes, além do envolvimento na discussão estabelecida. Demonstraram conhecimento coerente com pesquisas recentes realizadas na área, o que destaca a

importância da aproximação da pesquisa acadêmica e da prática clínica a fim de que ambos campos se enriqueçam e possam contribuir de forma efetiva para o trabalho terapêutico com as famílias. No entanto, os resultados deste estudo apresentam limitações importantes, como o pequeno número de participantes. Outros grupos focais poderiam ser realizados, o que aumentaria o número de participantes, bem como a homogeneidade da amostra.

### Referências

- Barbosa, P. V. & Wagner, A. (2014). A construção e o reconhecimento das regras familiares: a perspectiva dos adolescentes. *Psicologia em Estudo*, 19(2), 235-245.
- Barreto, M. J., & Rabelo, A. A. (2015). A família e o papel desafiador dos pais de adolescentes na contemporaneidade. *Pensando famílias*, 19(2), 34-42.
- Botton, A., Cúnico, S. D., Barcinski, M., & Strey, M. N. (2015). Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. *Pensando famílias*, 19(2), 43-56.
- Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2014). *Estatísticas do registro civil*. Retirado em 28/09/2016, de <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7135>
- Damiani, C. C., & Colossi, P. M. (2015). A ausência física e afetiva do pai na percepção dos filhos adultos. *Pensando famílias*, 19(2), 86-101.
- Dinisman, T., Andresen, S., Montserrat, C., Strózik, D., & Strózik, T. (2017). Family structure and family relationship from the child well-being perspective: Findings from comparative analysis. *Children and Youth Services Review*, 80, 105-115.
- Elkaim, M. (2000). *Terapia familiar em transformação*. Perdizes, São Paulo: Summus.
- Féres-Carneiro, T., Mello, R., Machado, R. N., & Magalhães, A. S. (2017). Expectativas parentais na temporalidade contemporânea. *Estilos da Clínica*, 22(1), 29-44.
- Féres-Carneiro, T. (1997). Entrevista Familiar Estruturada-EFE: um método de avaliação das relações familiares. *Temas em Psicologia*, 5(3), 63-94.
- Fleck, A. C., & Wagner, A. (2003). A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. *Psicologia em estudo*, 8(1), 31-38.

- Furtado, N. R. (2009). *Entre o prazer de dizer sim e o dever de dizer não*. Porto Alegre: Artmed.
- Gondim, S. M. G (2003). Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação*, 12(24), 149-161.
- Grandesso, M. A. (2009). Desenvolvimento em terapia familiar: das teorias às práticas e das práticas às teorias. In. L. C. Osório & M. E. P. Valle (Orgs). *Manual de Terapia Familiar*. (pp.104-118). Porto Alegre: Artmed.
- Portugal, A. & Isabel, A. M. (2013). A comunicação parento-filial: estudo das dimensões comunicacionais realçadas por progenitores e por filhos. *Psicologia: reflexão e crítica*, 26(2), 479-487.
- Limachi, E. K. U., Gomes, E., Ruviaro, J., Fiorin, M. H. C., Krueel, C. S., & Guazina, F. M. N. (2016). A importância das relações respeitadas para o desenvolvimento infantil. *Disciplinarum Scientia Ciências Humanas*, 17(1), 15-25.
- Minuchin, S. (1988). *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artmed.
- Nichols, M. P. & Schwartz, R. C. (2009). *Terapia familiar: conceitos e métodos*. Porto Alegre: Artmed.
- Olabuenaga, J. I. R. (2003). *Metodologia de la investigación cualitativa (3 ed.)*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- Rossato, M. L. (2017). Terapia familiar como um espaço de ressignificação das relações. *Pensando famílias*, 21(1), 137-145.
- Santos, C. V. M., & Gomes, I. C. (2016). The L Word: discussões em torno da parentalidade lésbica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 101-115.
- Stengel, M. (2011). O exercício da autoridade em famílias com filhos adolescentes. *Psicologia em revista*, 17(3), 502-521.
- Veiga, L., & Gondim, S. M. G. (2001). A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. *Opinião Pública*, 7(1), 1-15.
- Walsh, F. (2005). *Fortalecendo a resiliência familiar*. São Paulo: Roca.
- Wagner, A., Tronco. C., & Armani, A. B. (2011). Os desafios da família contemporânea: revisando conceitos. In.: A. Wagner (Org.). *Desafios Psicossociais da Família Contemporânea: pesquisas e reflexões*. (pp. 19-38). Porto Alegre: Artmed.
- Wagner, A. & Levandowski, D. C. (2008). Sentir-se bem em família: um desafio frente à diversidade. *Textos & Contextos*, 7(1), 88-97.

Zanetti, S. A. S., & Gomes, I. C. (2011). A "fragilização das funções parentais" na família contemporânea: determinantes e consequências. *Temas em Psicologia, 19*(2), 491-502.

Zanetti, S. A. S., & Gomes, I. C. (2009). A ausência do princípio de autoridade na família contemporânea brasileira. *Psico, 40*(2), 194, 201.

### **Considerações Finais da Dissertação**

A família tem sido investigada por diversos pesquisadores ao longo dos anos, devido à inquestionável influência que exerce no desenvolvimento de seus membros. Diante disso, o que pode ser concluído acerca do conhecimento científico construído sobre a família no contexto brasileiro? Em resumo, pode-se concluir que se tem avançado no conhecimento sobre a realidade das famílias brasileiras no que se refere a sua composição e organização, bem como o impacto destes aspectos no desenvolvimento dos seus membros. Entretanto, pouco se sabe a respeito de como está sendo concebida e vivenciada a diversidade de formas de viver em família.

Após a realização dos dois estudos que compõem esta dissertação, podemos inferir que, do mesmo modo que existem diversas possibilidades de ser família, não há unanimidade no modo que esta é percebida e concebida. Diante disso, a partir dos resultados deste estudo, bem como de outros estudos realizados no contexto brasileiro e revisados neste trabalho, evidenciam-se duas concepções opostas de família. Uma delas valoriza o modelo da família nuclear intacta, em detrimento de outros arranjos; enquanto a outra concepção reconhece os diferentes arranjos familiares como formas legítimas de viver em família. Estas diferentes concepções coexistem e se mesclam em nosso contexto atual.

Este fenômeno pode estar relacionado ao momento de transição que a família vivencia, pois ela tem se modificado e desenvolvido ao longo do tempo, especialmente, em termos de configuração e estrutura com expressão e resultado de distintos fenômenos sociais. Nesse sentido, a concepção de família também sofre influência das iniciativas midiáticas, religiosas e jurídicas que divulgam e apoiam tanto uma concepção tradicional de família, quanto uma concepção contemporânea. Assim, as mudanças ocorridas na família ao longo dos anos parecem estar sendo cada vez mais aceitas e valorizadas na sociedade contemporânea, abrangendo uma gama de

possibilidades de viver em família. Mesmo que estas configurações familiares não sejam recentes, estas têm aumentado sua prevalência na realidade brasileira, bem como, ganhado reconhecimento e destaque com maior rapidez nos últimos anos. Este fenômeno é destacado no primeiro estudo, a maior parte dos participantes reconheceu que aceita as diversas possibilidades de ser família, enquanto referiram que as gerações mais antigas, como seus pais e avós tem o conceito de família tradicional ainda muito forte.

Assim, se antes o conceito de família estava estabelecido, voltado para o modelo único e tradicional, pautada na distinção de papéis por gênero e geração; o conceito de família na atualidade tem-se tornado fluido e tende a pautar-se principalmente nas funções psicológicas, biológicas e sociais que um sistema deve cumprir para ser considerado um sistema familiar. Sendo assim, de uma concepção singular, passamos a uma concepção plural daquilo que se considera família, tendo em vista que cada vez mais os aspectos relacionados à estrutura do grupo familiar ganha força em sua definição, em detrimentos da configuração.

### **Referências Complementares**

- Alves, A. P. & Arpini, D. M. (2017). O recasamento: o papel da madrasta e sua relação com os enteados. *Contextos Clínicos*, 10(2), 185-196.
- Amorim, A. N. & Stengel, M. (2014). Relações customizadas e o ideário de amor na contemporaneidade. *Estudos de Psicologia*, 19(3), 179-188.
- Aquino, J. A. (2011). Cor e status marital no Brasil. *Revista de Ciências sociais*, 42(2), 75-90.
- Botton, A., Cúnico, S. D., Barcinski, M., & Strey, M. N. (2015). Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. *Pensando familias*, 19(2), 43-56.
- Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2014). *Estatísticas do registro civil*. Retirado em 28/09/2016, de <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7135>
- Brasil. Projeto de Lei n. 6583, de 16 de outubro de 2016 (2016). Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Brasília (2016).
- Brasil. (2002). Código Civil. *Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002*.

- Cano, D. S., Gabarra, L. M., Moré, C. O., & Crepaldi, M. A. (2009). As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(2), 214-222.
- Conselho Nacional de Justiça (2013). Resolução 175, de 14 de maio de 2013.
- Costa, J. M., & Dias, C. M. (2012). Famílias recasadas: mudanças, desafios e potencialidades. *Psicologia: teoria e prática*, 14(3).
- Costa, F. A. O., & Marra, M. M. (2013). Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), 141-153.
- Féres-Carneiro, T. (1997). Entrevista Familiar Estruturada-EFE: um método de avaliação das relações familiares. *Temas em Psicologia*, 5(3), 63-94.
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Reflexão e Crítica*, 11(2), 379-394.
- Féres-Carneiro, T., Mello, R., Machado, R. N., & Magalhães, A. S. (2017). Expectativas parentais na temporalidade contemporânea. *Estilos da Clínica*, 22(1), 29-44.
- Féres-Carneiro, T. & Ziviani, C. (2009). Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre múltiplos arranjos amorosos da atualidade. In: T. Féres-Carneiro (Org). Casal e família: permanência e rupturas. (pp. 83-103). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Féres-Carneiro, T., Ziviani, C., Magalhães, A. S., & Ponciano, E. L. T. (2013). Ser pai(mãe), ser filho(a): a resolução de conflitos em famílias contemporâneas casadas. In: T. Féres-Carneiro (Org). Casal e família: transmissão, conflito e violência. (pp. 73-95). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Machin, R. (2016). Homoparentalidade e adoção: (re) afirmando seu lugar como família. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 350-359.
- Oliveira, R. S. (2015). Mães solteiras e a ausência do pai: questão histórica e novos dilemas. *Revista Elaborar*, 2(1).
- Rosa, J. M., Melo, A. K., Boris, G. D. J. B., & Santos, M. A. (2016). A Construção dos Papéis Parentais em Casais Homoafetivos Adotantes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 210-223.
- Santos, C. V. M., & Gomes, I. C. (2016). The L Word: discussões em torno da parentalidade lésbica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 101-115.

- Tomás, M. C. (2013). Reviewing family studies: a brief comment on selected topics. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 30(1), 171-198.
- Scorsolini-Comin, F., Souza, L. V., & Santos, M. A. (2013). Discursos sobre a aprovação da união estável de homossexuais em um grupo de discussão virtual. *Psicología para América Latina*, 25, 115-13.
- Sousa, D. H. A. V., & Dias, C. M. D. S. B. (2014). Recasamento: percepções e vivências dos filhos do primeiro casamento. *Estudos de Psicologia*, 31(2), 191-201.
- Souza, E. J., Silva, J. P., & Santos, C. (2015). Homofobia na escola: as representações de educadores/as. *Temas em Psicologia*, 23(3), 635-647.
- Wagner, A. (2002). Possibilidades e potencialidades da família. In: A. Wagner (Coord.). *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Wagner, A., Ribeiro, L. S., Arteché, A. X., & Bornholdt, E. A. (1999). Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(1), 147-156.
- Zambrano, E. (2006). Parentalidades impensáveis: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, 12(26), 123-147.

## Anexo A

### Parecer do Comitê de Ética

UFRGS - INSTITUTO DE  
PSICOLOGIA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DA EMENDA

**Título da Pesquisa:** CONCEPÇÕES SOBRE DIFERENTES ARRANJOS FAMILIARES

**Pesquisador:** Adriana Wagner

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 69957317.0.0000.5334

**Instituição Proponente:** Instituto de Psicologia - UFRGS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.423.816

##### Apresentação do Projeto:

O presente projeto está inserido na linha de pesquisa "Fases evolutivas da família frente às demandas modernas" do Núcleo de Pesquisa Dinâmica das Relações Familiares do Programa Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS. Os estudos vinculados a esta pesquisa têm se dedicado nas últimas décadas a estudar as mudanças vivenciadas na família contemporânea e suas reverberações, no núcleo familiar. Desta forma, este projeto pretende dar seguimento aos estudos sobre fenômenos familiares contemporâneos ao investigar como a família é concebida na atualidade

Este estudo terá dezesseis participantes, que formarão dois grupos focais, sendo que em um grupo participarão oito pessoas leigas com nível educacional superior completo e incompleto, e em um outro grupo participará terapeutas e especialistas em terapia familiar. Como instrumentos serão utilizados um questionário sociodemográfico e um questionário de representações sociais da família, elaborados para este estudo.

##### Objetivo da Pesquisa:

**Objetivo Primário:** Explorar e descrever as diferentes concepções de família, compartilhadas entre sujeitos de diferentes contextos.

**Objetivos Secundários:** 1-Identificar as variáveis prevalentes nas diferentes concepções de família; 2- Conhecer e comparar as diferentes concepções de família em termos de sua configuração e

**Endereço:** Rua Ramiro Barcelos, 2600

**Bairro:** Santa Cecília

**CEP:** 90.035-003

**UF:** RS

**Município:** PORTO ALEGRE

**Telefone:** (51)3308-5698

**Fax:** (51)3308-5698

**E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

Continuação do Parecer: 2.423.816

estrutura entre leigos e profissionais de terapia familiar.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos: Estão previstos riscos mínimos com a participação, assim, caso ocorra desconforto psicológico durante a sua realização, como aumento da ansiedade ou angústia devido aos questionamentos da pesquisa, o mesmo será interrompido e o participante será acolhido pelo entrevistador.

Benefícios: O conhecimento adquirido com o estudo auxiliará na compreensão de diferentes concepções sobre a família. Dessa forma, também será possível compreender como configurações familiares contemporâneas são concebidas, configurações que são alvo de preconceitos e discriminações na realidade brasileira.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A concepção de família tem vivenciado/sofrido inúmeras mudanças nos últimos anos. Ao fazer uma análise sobre essas mudanças no modelo de família no Brasil ao longo do tempo, verifica-se que algumas décadas atrás a configuração tradicional era compreendida pelo casal formado por um homem e uma mulher, que gerava seus filhos por meio de reprodução biológica, e legitimava sua união por meio do casamento indissolúvel.

A partir da década de 1960 ocorreram várias transformações culturais e científicas que impactaram nesse modelo, como o surgimento e a facilidade do divórcio, a entrada da mulher no mercado de trabalho, o controle de natalidade e o surgimento de novas tecnologias reprodutivas. Dentre estas transformações, o divórcio teve um impacto importante.

As mudanças sociais contribuiriam para o aparecimento arranjos familiares, tais como famílias recasadas, reconstituídas, sem filhos, monoparentais, homoparentais e poliamoristas.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido está bem claro, refere-se aos riscos, que são mínimos, que seria desconforto psicológico durante o procedimento, e que poderá ser interrompido e o participante ser acolhido pela pesquisadora. O Termo também menciona que os dados coletados serão armazenados pelo período de cinco anos em um banco de dados no Instituto de Psicologia no Grupo de Pesquisa Dinâmica das Relações Familiares. Após cinco anos serão incinerados.

**Recomendações:**

Não há recomendações.

**Endereço:** Rua Ramiro Barcelos, 2600

**Bairro:** Santa Cecília

**CEP:** 90.035-003

**UF:** RS

**Município:** PORTO ALEGRE

**Telefone:** (51)3308-5698

**Fax:** (51)3300-5690

**E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

## **Anexo B**

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar do estudo “Concepções sobre diferentes arranjos familiares”. O objetivo deste estudo é explorar e descrever as diferentes concepções de família compartilhadas socialmente. Os avanços na área ocorrem por meio de estudos como este, por isso a sua participação é importante. Para este estudo, será realizada uma sessão de grupo focal, bem como a aplicação de um questionário socioeconômico e um questionário elaborados para este estudo. O procedimento ocorrerá em uma sala da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na data e horário previamente combinada com os participantes. O grupo terá um encontro único, com duração aproximada de uma hora e meia a duas horas. Será coordenado pela pesquisadora do estudo com o auxílio de dois observadores. Será realizada uma gravação de vídeo e áudio da sessão, para facilitar posteriormente a análise dos dados. Os dados coletados serão armazenados pelo período de cinco anos, em um banco de dados no Grupo de Pesquisa Dinâmica das Relações Familiares, localizado na sala 126 do Instituto de Psicologia da UFRGS (Rua Ramiro Barcelos, 2600 - Porto Alegre/RS).

Você poderá retirar seu consentimento em qualquer momento deste estudo. O procedimento será finalizado com o término da sessão ou quando desejar concluí-lo. A participação nesta pesquisa oferece riscos mínimos, em que não estão previstos danos físicos ou psicológicos para os(as) participantes do mesmo. Caso ocorra desconforto psicológico durante o procedimento, o mesmo será interrompido e você será acolhido pelo pesquisador.

Você poderá obter todas as informações que quiser e poderá não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento. Pela sua participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro, mas terá a garantia de que todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa não serão de sua responsabilidade. Seu nome não aparecerá em qualquer momento do estudo, pois você será identificado(a) com um nome fictício. Esta pesquisa possui fins acadêmicos e poderá eventualmente ser apresentada em atividades científicas ou publicada, com a garantia de sigilo, preservando a identidade dos(as) participantes.

Este documento deverá ser apresentado em duas vias, uma permanecerá com o pesquisador e outra será entregue a você. Caso possua alguma dúvida a respeito do estudo, poderá entrar em contato com a pesquisadora do estudo mestranda Laura Moraes (9960661-24) a pesquisadora responsável Profa. Dra. Adriana Wagner (3308-5322) ou o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Porto Alegre/RS – Telefone: 3308-5698 – e-mail: cep-psico@ufrgs.br).

Caso tenha interesse em participar do estudo, por favor, manifeste concordância ao assinar este documento.

Eu, \_\_\_\_\_,  
li e/ou ouvi o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e qual procedimento a que serei submetido(a). A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo. Eu concordo em participar do estudo.

Porto Alegre, ...../ ...../.....

\_\_\_\_\_  
Assinatura do voluntário

\_\_\_\_\_  
Documento de Identidade

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador responsável

## Anexo C

### Questionário de dados sócio-demográficos

Sexo: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Localização : ( ) capital ( ) cidade metropolitana ( ) cidade rural ( ) cidade de médio porte

Estado: \_\_\_\_\_

Nível de escolaridade: Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio ( )

Ensino superior incompleto ( ) Ensino superior completo ( )

Pós-graduação ( )

Ocupação: \_\_\_\_\_

É praticante de alguma religião? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, qual? \_\_\_\_\_

Orientação sexual: ( ) heterossexual ( ) homossexual ( ) bissexual

Situação amorosa: ( ) Solteiro(a) ( ) Casado(a) ( ) União estável ( ) namorando ( ) coabitação ( ) Relacionamento poliamorista \_\_\_\_\_

Tempo de relacionamento atual: \_\_\_\_\_

Você possui filhos? ( ) Sim ( ) Não

Quantos? \_\_\_\_\_

Biológicos ou adotivos? \_\_\_\_\_

Idade de cada filho:

Você já foi casado(a) com outra pessoa anteriormente? Sim ( ) Não ( )

E seu companheiro(a)? Sim ( ) Não ( )

Você possui filhos de outro relacionamento? Sim ( ) Não ( )

Quantos? \_\_\_\_\_

E seu companheiro(a)? Sim ( ) Não ( )

Quantos? \_\_\_\_\_

Quem mora na mesma casa que você? \_\_\_\_\_

Sobre sua família de origem, quais opções a caracterizam?

Família tradicional: mãe, pai e filho(s) vivendo na mesma casa ( )

Família monoparental ( )

Família recasada: ao menos um dos cônjuges foi casado com outra pessoa anteriormente ( )

Família homoparental ( )

Família adotiva ( )

Família poliamorista ( )